

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**GUILHERME MARTINS NETO**  
**11921ECO012**

**TRANSFORMAÇÕES DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA DURANTE O**  
**PERÍODO 2000-2022**

**UBERLÂNDIA – MG**  
**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**GUILHERME MARTINS NETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ana Paula Macedo de Avellar

**UBERLÂNDIA - MG**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**GUILHERME MARTINS NETO**  
**11921ECO012**

**TRANSFORMAÇÕES DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA DURANTE O**  
**PERÍODO 2000-2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**BANCA EXAMINADORA:**

Uberlândia, 01 de dezembro de 2023

---

Prof<sup>ª</sup>. Ana Paula Macedo de Avellar

---

Prof. Aderbal Oliveira Damasceno

---

Prof<sup>ª</sup>. Soraia Aparecida Cardozo

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valor das exportações e das importações brasileiras 2000-2022 (US\$ milhões FOB) .....	28
Gráfico 2 - Participação das exportações do Brasil no PIB brasileiro entre 2000-2022(%) ..	28
Gráfico 3 - Balança Comercial Brasileira 2000-2022 (US\$ milhões FOB) .....	29
Gráfico 4 - Coeficiente de Exportação da Indústria de Transformação (%) entre os anos 2003 e 2022 .....	33
Gráfico 5 - Índice internacional de preços das commodities e de matérias-primas agrícolas entre 1999 e 2020 (US\$) .....	44

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balança comercial do Brasil com a China, EUA e Argentina em milhões de US\$ no período 2000-2022 .....	31
Tabela 2 - Exportação Brasileira Anual - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas (US\$ FOB Milhões) .....	37
Tabela 3 - Importação Brasileira Anual - Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas (US\$ FOB Milhões) .....	38
Tabela 4 - Principais produtos exportados pelo Brasil no período 2000-2022 (US\$ FOB Milhões) .....	40

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores utilizados no capítulo 2 .....	24
---	----

## LISTA DE SIGLAS

COMTRADE	Banco de Dados Estatísticos de Comércio de Produtos das Nações Unidas Divisão de Estatísticas das Nações Unidas
FOB	<i>Free on Board</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
JK	Juscelino Kubitschek
WDI	<i>World Development Indicators</i>
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
PIB	Produto Interno Bruto
EUA	Estados Unidos
ISIC	Classificação Internacional de Todas Atividades Econômicas
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
CNI	Confederação Nacional da Indústria

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a pauta exportadora brasileira no século XXI e suas principais transformações durante esse período. Para isso, será realizada uma análise descritiva a partir de dados secundários de bases oficiais. Primeiramente, é feita uma revisão bibliográfica das teorias clássicas e neoclássicas de comércio internacional, a fim de destacar sobre a inserção de países em desenvolvimento no comércio mundial. Posteriormente, a partir dos dados coletados, serão analisado os principais comportamentos e modificações tanto das exportações quanto das importações do Brasil entre os anos de 2000 e 2022, além de uma análise do saldo comercial, dos parceiros comerciais, dos produtos comercializados no período com o intuito de entender se há ocorrência de uma maior especialização das exportações em produtos primários. Dentre os resultados encontrados verifica-se que o Brasil apresenta um crescimento cada vez maior da participação relativa das exportações de produtos primários no comércio internacional e apesar de não ser possível afirmar que o país esteja passando por um processo de reprimarização da sua pauta de exportação, o mesmo apresenta um alto grau de fragilidade do seu modelo exportador que deve ser observado.

**Palavras-chave:** Exportação; Brasil; Reprimarização; *Commodities*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: REVISÃO DA LITERATURA TEÓRICA</b>	<b>12</b>
1.1 TEORIAS CLÁSSICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	13
1.2 A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA DE PREBISCH	16
1.3 O MODELO DE KRUGMAN: UMA CRÍTICA ÀS TEORIAS CLÁSSICAS	18
1.4 FAJNZYLBER E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA AMÉRICA LATINA	19
1.5 REPRIMARIZAÇÃO: BREVE PERSPECTIVA	21
<b>CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO BRASIL ENTRE 2000 E 2022</b>	<b>24</b>
2.1. APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES UTILIZADOS NO ESTUDO	24
2.2. A INTEGRAÇÃO BRASILEIRA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: BREVE HISTÓRICO	25
2.3. AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E O SALDO COMERCIAL ENTRE OS ANOS 2000-2022	27
2.4. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS ENTRE O PERÍODO DE 2000 – 2022	30
2.5. COEFICIENTE DE ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRO: ANÁLISE DO COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	32
<b>CAPÍTULO 3 – BALANÇO DAS EXPORTAÇÕES DESAGREGADAS E ANÁLISE DO EFEITO DE PREÇOS SOBRE AS COMMODITIES</b>	<b>35</b>
3.1. AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DESAGREGADAS	35
3.2. AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	39
3.3. O IMPACTO DOS PREÇOS DAS COMMODITIES NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	42
3.4. ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA E SUA DEPENDÊNCIA FRENTE ÀS COMMODITIES	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo da monografia é analisar a composição da pauta exportadora brasileira entre os anos de 2000 e 2022 e as transformações que ocorreram no contexto quanto ao comportamento das exportações brasileiras, no que se refere ao montante, aos principais parceiros e aos produtos comercializados. Além disso, o estudo busca responder se há a ocorrência de um processo de reprimarização das exportações do Brasil ao longo do período analisado.

O Brasil, historicamente, é caracterizado como um país de economia pautada na exportação de bens primários. Isso ocorre desde o período colonial com o ciclo do açúcar e posteriormente, com o ciclo do café já no período republicano. Com a Crise de 1929, o país se caracteriza por uma nacionalização da economia com a adoção do modelo de Substituição de Importações por Vargas que, conseqüentemente, originou os primeiros impulsos para a formação de uma indústria nacional. O governo de JK também será de suma importância para a organização da indústria do Brasil no cenário internacional com políticas para atração de investimentos externos, além de investimentos internos que culminam em um grande desenvolvimento da indústria. Dessa maneira, inicia-se uma maior comercialização de bens de maior intensidade tecnológica no cenário internacional, entretanto, apesar da evolução as exportações de bens primários continuavam sendo de suma importância.

Com a abertura comercial que ocorreu na década de 1990, o Brasil passa por um processo de direcionamento das suas exportações para setores que apresentam maiores vantagens em relação aos outros. Os reflexos desse processo ficam evidenciados com o passar dos anos com o aumento da participação do Brasil nas exportações globais de 0,97% em 2001 para 1,2% em 2019, segundo relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo que, nesse aumento há uma redução da participação de produtos industrializados ou de maior fator tecnológico, enquanto produtos primários apresentam um aumento na composição da pauta exportadora e detêm a maior porcentagem na atualidade.

Outro cenário importante de análise é a mudança de patamar entre os principais parceiros comerciais brasileiros ao longo dessas duas décadas. Com o exponencial crescimento da economia chinesa, há uma forte demanda por commodities brasileiras, tais como soja e minério de ferro, por exemplo. Devido a esses fatores, atualmente, a China encontra-se como o principal parceiro comercial do Brasil no que tange às exportações, seguidos dos Estados Unidos, Argentina e União Europeia.

Com o intuito de desenvolver uma análise da pauta de exportação do Brasil entre os anos de 2000 e 2022, o presente trabalho conta com uma estrutura dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta, por meio de uma revisão bibliográfica, algumas das principais teorias de comércio internacional existentes, sendo elas: a Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith e a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, consideradas teorias clássicas. Também é apresentada a teoria de deterioração dos termos de troca de Prebisch, importante para entender o contexto latino-americano, na qual o Brasil está inserido e, em seguida, o modelo neoclássico de economias de escalas de Krugman. Ademais, é feita uma revisão de Fernando Fajnzylber a respeito do processo de desenvolvimento industrial da América Latina e suas consequências para o comércio internacional. Por fim, este capítulo apresenta uma breve discussão sobre a reprimarização da pauta exportadora de uma economia.

O segundo capítulo analisa o comportamento das exportações, bem como das importações e da balança comercial brasileira a fim de identificar elementos que possam caracterizar a existência (ou não) de um possível processo de reprimarização, discussão que será desenvolvida no capítulo seguinte. Será analisado o comportamento das exportações, tão qual o comportamento das importações e o saldo comercial brasileiro e o índice de grau de abertura através do coeficiente de exportação. A investigação contará com a utilização de um arcabouço histórico e estatístico, através de dados retirados de base de dados oficiais como: o Ministério da Economia (ME), a ComexStat e Banco de Dados Estatísticos de Comércio de Produtos das Nações Unidas Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (COMTRADE). A base de dados abrangerá o universo da pesquisa (Brasil), se limitando a dados a partir dos anos 2000 até o ano de 2022 (quando possível), e também será organizada para possibilitar o estudo descritivo, através de gráficos e tabelas, das exportações e seus determinantes como a evolução das exportações por fator agregado e conteúdo tecnológico, além dos principais parceiros, produtos e até mesmo seus preços.

O terceiro capítulo irá fazer um apanhado geral dos dados coletados e dos resultados, além de uma análise mais desagregada das exportações brasileiras para identificar as mudanças na pauta exportadora brasileira e quais são os principais efeitos dessas transformações na estrutura produtiva do Brasil. É de suma importância que haja um diagnóstico sobre o processo de reprimarização brasileiro e da dependência brasileira nas exportações de commodities.

## **CAPÍTULO 1 - A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: REVISÃO DA LITERATURA TEÓRICA**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o debate teórico sobre a inserção dos países no comércio internacional à luz das abordagens clássicas, baseadas nos autores Adam Smith e David Ricardo, do modelo neoclássico de economias de escalas de Krugman, da Tese do Ciclo Produtivo de Vernon que destaca a importância da inovação nas exportações e, em seguida, da teoria de deterioração dos termos de troca de Prebisch. Por fim, este capítulo apresenta uma breve discussão sobre reprimarização.

O comércio internacional pode ser identificado nas relações humanas a milhares de anos. Os primeiros indícios se dão com os Fenícios, séculos antes de Cristo, na qual os mesmos perceberam as vantagens em trocas de mercadorias de diferentes regiões com demandas e ofertas distintas. O comércio exterior, ao longo do tempo, teve suas mudanças com diferentes povos e culturas. Equitativamente, as regras de comércio entre povos e, posteriormente, países houve mudanças tanto em conteúdo quanto em relevância. Na América Latina, por exemplo, percebe-se uma constante regulamentação para promoção do comércio na região.(BARRAL, 2007).

O comércio internacional pode ser definido como a atividade que é atuante sob as relações de compra e venda de determinados produtos, serviços e bens por meio das relações comerciais entre os países. Essas trocas comerciais são denominadas como exportações e importações. A troca entre dois agentes econômicos é de fundamental importância para a possibilidade de integração e negociações entre países com legislações, diversidades culturais e moedas diferentes, desse modo, exercendo um papel de mecanismo de natureza multidisciplinar.

Adam Smith, em 1776, no livro *A Riqueza das Nações*, aponta a Teoria das Vantagens Absolutas como trocas comerciais entre países como benéfico a todas, dessa maneira, cada país por ser diferente um do outro e, conseqüentemente, produzir diferentes mercadorias irão realizar comércio entre si. Assim, cada nação terá como objetivo negociar o que faz de melhor e lucrar cada vez mais. A partir disso, diversas outras teorias a respeito do comércio internacional irão surgir.

É o caso das Teorias das Vantagens Comparativas de Ricardo, que irão complementar a teoria de Smith ao dizer que países que possuem bens sem vantagens absolutas na sua produção podem ser comercializados com outros países. Posteriormente, os modelos neoclássicos de comércio internacional surgem como um questionamento, em meados do

século XX, às teorias clássicas, caso do Modelo de Krugman a respeito das combinações de economias de escala.

Contrapondo as teorias neoclássicas aparecem modelos articulados nas vantagens comparativas dinâmicas e em uma teoria do investimento pressuposta de racionalidade limitada como é a Tese do Ciclo Produtivo de Vernon. Ademais, no período pós-guerra, Raúl Prebisch, observando o comportamento de queda dos preços dos produtos primários argentinos, formula a Teoria de Deterioração dos Termos de Troca a fim de compreender os motivos desse fenômeno na América Latina e focado em dois pontos principais: (1) a diferença da elasticidade renda da demanda entre produtos primários e manufaturados e (2) a falta de harmonia entre os mercados de fatores entre centro e periferia.

## 1.1 TEORIAS CLÁSSICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os modelos clássicos de comércio internacional vão surgir por meio do esforço do liberalismo em montar uma teoria de especialização internacional com o objetivo de salientar a importância de suas vantagens para os países, colocando-se em prática o livre comércio. Nesse sentido, Adam Smith desenvolve com o livro *A Riqueza das Nações*, a teoria das vantagens absolutas sendo o centro do comércio exterior. Smith afirma que, um país encontra na produtividade a vantagem absoluta para a geração de um bem, ou seja, ao utilizar menores quantidades de insumos, há uma redução nos custos (AMARAL; COUTINHO; LANA-PEIXOTO; FILHO, 2005).

O autor explica que não há necessidade de que haja ocorrência de excedentes de comércio internacional de determinado país para que ele obtenha ganhos de comércio externo e para as trocas comerciais internacionais serem vantajosas. Ademais, os países podem se beneficiar de trocas voluntárias entre eles. Com isso, cada país deve ter em sua produção o foco em bens que lhe tragam vantagens absolutas. Bens produzidos internamente e que excedem o consumo do país devem ser exportados, enquanto esses ganhos são utilizados para importar bens de outros locais (AMARAL; COUTINHO; LANA-PEIXOTO; FILHO 2005).

Dessa forma, Smith entende que, a partir das trocas entre os países no comércio internacional, os países têm a possibilidade de se especializar em bens que incorrem custos de produção mais baixos e seus excessos produzidos podem ser destinados a trocas por produtos mais baratos em outros países, conseqüentemente gerando um maior bem-estar de suas populações.

A teoria das vantagens comparativas tem como base uma oposição à visão mercantilista de um comércio internacional baseado no jogo de soma zero proposto por David Hume. Nesse sentido, Smith propõe que as necessidades dos agentes econômicos devem ser colocadas em primeiro plano e que seria insustentável uma balança comercial sempre positiva, já que o protecionismo proposto pelo mercantilismo geraria adversidades em relação às exportações, conseqüentemente, as diminuiria.

Smith defende em suas proposições que países que têm uma forte atuação no comércio internacional ao se especializarem nos produtos em que possuem maiores vantagens absolutas irão produzir ganhos positivos para o comércio internacional. Dessa forma, os países terão uma maior produtividade, uma redução dos custos e o número necessário de horas trabalhadas será reduzida.

Na teoria de Smith, assim como proposto por Ricardo posteriormente (que será analisado a seguir), o trabalho se apresenta como fator único de produção. É nesse contexto que o ser humano, ao ter uma propensão natural de trocar produtos, gera na divisão do trabalho um aumento da produtividade do trabalho. Ademais, a quantidade de horas para a produção era determinante para os preços dos bens, além do aumento da produtividade ser fundamental para a fixação de uma vantagem absoluta de determinado bem pelo país.

De acordo com o autor, é importante que o país tivesse como foco a produção na qual ele tivesse vantagem absoluta e, em casos de excedentes, o mesmo deveria ser exportado e a receita gerada utilizada na importação de bens necessários para o país e que fossem produzidos por outra nação. Isso deve-se ao fato de Smith acreditar que não é sempre preciso que um país tenha excedentes, mas sim que trocas voluntárias podem ser bem mais aproveitadas e benéficas aos envolvidos. Porém, caso um país tivesse vantagem na produção de ambos os bens em relação ao outro país, o comércio não deveria ser realizado, já que um deles não teria a vantagem absoluta em nenhuma das produções daqueles bens.

Por último, vale frisar o objetivo de Smith, ao qual era de impedir o bloqueio da Inglaterra durante seu crescimento industrial através da proposição da livre troca com a abertura do comércio internacional para os bens ingleses, já que por ter um mercado interno bem limitado, a produção teria de arcar com uma grande quantidade de excedente. Para Smith, esse tipo de comércio seria determinante para a acumulação de capital e o desenvolvimento econômico daqueles que o praticassem.

Como uma forma de aprimorar a teoria de Adam Smith, em 1817, David Ricardo estabelece que são as vantagens comparativas (e não as absolutas) que irão determinar as

possibilidades de ganhos de comércio, mesmo em países que não tenham vantagens absolutas em relação a outros.

De acordo com Bado (2004), a teoria de Ricardo expõe, como fator principal, a especialização dos países nas exportações dos produtos que possuem vantagens comparativas. Portanto, mesmo que uma nação não possua custos reduzidos de produção em comparação a outra nação, o comércio exterior será oportuno, caso as suas produtividades sejam, em termos relativos, distintas. Também é importante frisar que, neste modelo, o trabalho se apresenta como o único fator produtivo que diferencia a produtividade industrial dos países, além de demonstrar que a especialização como ponto importante para o estímulo do comércio entre países.

A teoria comparativa de Ricardo pode ser considerada bem mais ampla que a de Smith. Nela, a ideia de custos absolutos será trocada pela de custos comparativos, ou seja, o custo de oportunidade para a produção de determinado bem é menor em determinada nação se comparado em relação às demais. Nos custos pode-se incluir os fatores de transporte e matéria-prima. Assim, se um país tem vantagem comparativa em determinado bem, ele deve se especializar na produção do mesmo, da mesma forma que o outro país. Em conjunto, ambos teriam uma maior produção ao se especializarem em determinado produto do que se decidirem por produzir ambos. Consequentemente, a produção mundial seria mais elevada, desenvolvendo ainda mais o bem-estar da população de cada local.

A teoria de Ricardo, entretanto não é muito viável, de certa forma, pois não ocorre de forma concreta, já que não há nenhuma regulação que proíba ou determine que os países devem produzir apenas produtos nas quais ele tenha vantagens comparativas, pelo contrário, ele pode produzir qualquer bem que ele considere importante. A produção também pode não se concretizar como uma boa potencial de ganhos mútuos no comércio exterior, já que é determinada pela oferta e demanda, importantes fatores que devem ser considerados.

Duas considerações importantes do modelo ricardiano que devem ser levadas em conta é de que a especialização proposta em sua teoria tem relação com uma possível especialização industrial gerada pela Inglaterra e que, ao longo prazo seria vantajosa caso fosse destinada para a sua agricultura, porém que possui sua problemática relacionada no embate entre vantagens de curto e longo prazo e que, para o autor o crescimento econômico e a acumulação de capital são importantes pontos para o comércio internacional e que não devem ser dissociados da especialização internacional.

Em 1859, John Stuart Mill corrobora com a teoria de Ricardo ao enfatizar, na teoria da demanda recíproca, que mesmo países que possuem mais altos custos reais, exportarem seus

bens, independentemente de haver países que produzem os mesmos produtos com menor tempo de trabalho, ou seja, leva-se em consideração o tempo para se produzir uma mercadoria em relação a determinado país.

Essa possibilidade ocorreria, segundo Mill, pois o comércio internacional teria suas permutas ligadas aos limites de possibilidades de trocas, sendo atendido apenas dentro desses limites. Ademais, um outro fator importante seria a demanda por mercadorias em cada país determinando, dessa forma, o valor exato nas quais ocorreriam o comércio entre as nações. A demanda seria a responsável por sentenciar o valor monetário da troca, enquanto o preço, que seria determinado pela demanda, assentiria a barganha entre os dois países quando o mesmo estivesse no mesmo nível em ambos.

Ambas as teorias de Smith, Ricardo e Stuart Mill tiveram importante destaque no que se refere às teorias de comércio internacional durante longo período. Entretanto, os modelos clássicos deixaram lacunas passíveis de críticas e contestações. Algumas oposições aos modelos são direcionadas a competição imperfeita das nações e a imobilidade de trabalho e capital entre países. Dessa maneira, modelos mais completos, que serão analisados em seguida, foram sendo publicados ao longo do tempo analisando outros fatores como: matéria-prima e as inovações.

## 1.2 A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA DE PREBISCH

Ao longo dos anos, as teorias clássicas e neoclássicas tornaram-se predominantes no que tange o comércio internacional, sendo o eixo central na Teoria de Comércio Internacional no período do pós-guerra, tendo como resultados principais, por exemplo, a equalização das remunerações dos fatores de produção através do livre comércio. De acordo com essas premissas, não haveria sentido a industrialização de países periféricos, caso da América Latina como um todo.

Nesse contexto, Prebisch formula a Teoria de Deterioração dos Termos de Troca como uma contradição aos paradigmas clássicos da época e que, tinham como formulação o fato dos ganhos de comércio entre os países se distribuem de forma desigual, causando problemas de não equalização da remuneração entre o centro e a periferia.

O comércio internacional tinha sua funcionalidade baseada em países desenvolvidos voltados para uma produção industrial totalmente ligada aos setores internos e externos, enquanto países periféricos tinham como base a especialização na produção de bens

primários, com altos investimentos estrangeiros e uma baixa produtividade do setor interno. Observa-se uma clara divisão internacional do trabalho.

O trabalho de Prebisch atenta que, se do lado dos países desenvolvidos há uma retenção quase que completa dos frutos do progresso técnico e, conseqüentemente, fazendo com que o aumento da produtividade seja anexado pelos fatores de produção por conta de maiores remunerações do trabalho e do capital, pelo lado dos países subdesenvolvidos e, com as características citadas acima, quando há a transferência no aumento de produtividade nos preços dos produtos primários no comércio internacional, por conta da falta de ordenamento da classe trabalhadora e uma falta de organização sindical forte não ocorre uma pressão suficiente e adequada para que haja absorção dos frutos do progresso técnico (GONÇALVES E BARROS, 1982)

Segundo Prebisch, os ciclos da economia capitalista se correlacionam com os movimentos dos preços no mercado internacional. No período positivo e crescente do ciclo a oferta de bens primários é superada pela demanda dos mesmos e os excessos da demanda se ajustaram pelos preços, enquanto o inverso ocorreria na fase negativa do ciclo. Durante o período de expansão do ciclo, o centro transforma os ganhos em remunerações e, no período de desaceleração, graças a forte base dos sindicatos, a remuneração conquistada no período de alta é mantido, transferindo toda a pressão de preços para a periferia, gerando um resultado inverso nos salários desses países.

Dessa forma, essa capacidade dos países mais desenvolvidos de aumento salarial na crescente cíclica e manutenção dos mesmos na fase decrescente, assim como sua capacidade de transferência de pressão cíclica para os países subdesenvolvidos, forçando-os a reduzir seus salários, devido à falta de força sindical dos trabalhadores, demonstra o porquê de um centro com remunerações que aumentam insistentemente mais rápidas frente aos países “atrasados” e como essa dinâmica é favorável para a conservação dos ganhos de progressos técnico dos países.

Ademais, uma outra tendência foi observada por Prebisch (1950) no período pós-guerra. As perdas de termos de troca também estariam sendo refletida pelo nível de consumo de determinados bens, já que bens primários possuem uma elasticidade renda da demanda não tão proeminente quando comparada à de manufaturas, ocasionando em taxa de expansão inferior que afeta no retorno da balança comercial dos países. No caso de produtos intermediários, que serviriam de insumos, a substituição por produtos sintéticos, reduziriam ainda mais o consumo de bens primários, resultando na diminuição das exportações dos países de terceiro mundo, demonstrando que, nem sempre nesses países os excedentes de

comércio exterior conseguem, através da elasticidade renda, convertê-los em um maior consumo para exportação.

Nesse contexto, a teoria de Prebisch se demonstra fundamental, tanto devido aos seus encadeamentos no campo de políticas para o desenvolvimento econômico, quanto nas questões teóricas da tese das vantagens comparativas, amplamente discutidas no período. Além de ser responsável por formar o pensamento econômico na América Latina e no pensamento econômico referido aos países periféricos como um todo tratando de questões importantes do comércio internacional e seus efeitos, principalmente, na exportação de *commodities*, como é o caso brasileiro.

### 1.3 O MODELO DE KRUGMAN: UMA CRÍTICA ÀS TEORIAS CLÁSSICAS

O modelo neoclássico de comércio internacional surge como um questionamento, em meados do XX, às teorias clássicas, principalmente a de Ricardo. Alguns dos principais questionamentos, estavam relacionados a fatores como à ausência de explicação para as diferenças tecnológicas, a consideração de apenas um fator de capital, excluindo o capital no processo produtivo, entre outros pressupostos teóricos presentes, exemplo de funções de produções diferenciadas entre os países.

Um dos principais precursores da nova teoria de comércio internacional é Paul Krugman. A teoria de Krugman tem como princípio básico, a ideia de que as indústrias geralmente têm como características operarem com economias de escala ou rendimentos crescentes, além de que as economias de escala podem ser tanto externas, quanto internas (MOREIRA, 2012). Por economias externas entende-se por aquela que ocorre proveniente de fatores externos como o tamanho da indústria, por exemplo. A economia interna é proveniente da própria companhia em questão.

Krugman e Obstfeld (2015) afirmam que há três aspectos principais em relação ao comércio internacional que as teorias de comércio internacional tentam explicar, mas que possuem caráter antagônico, sendo elas produtos de similaridade muito grande e que possuem um volume de trocas alto, um comércio com expansão muito rápida e intensa entre países que detêm dotação de fatores semelhantes e os conflitos sociais após o período Entre Guerras devido a liberalismo comercial. Dessa forma essas teorias possuem um papel relevante para a explicação das economias de escala, demanda interna, entre outros

Ademais, segundo Cassano (2002), Krugman considera que as vantagens comparativas têm como influência a abundância relativa dos fatores de produção e a intensidade relativa na qual diferentes fatores de produção são utilizados para a produção de diferentes bens.

Krugman têm como parte mais relevante de sua teoria a combinação das economias de escala. Segundo ele, em um mundo em que retornos crescentes estão presentes, a vantagem comparativa conseguinte da diferença entre os países não se apresenta como única determinante para a existência do comércio, já que economias de escalas são importantes na criação de incentivos e na geração de um comércio independentemente de os países terem características parecidas, como tecnologias e dotação de fatores (HELPMAN; KRUGMAN, 1988)

Para o autor, a concorrência monopolística tem como nivelador dos lucros de um bem apenas uma única empresa. A partir do momento em que tal bem é produzido por duas ou mais empresas, o lucro seria mais baixo, e aumentaria caso uma delas decidisse produzir outro bem diferenciado ou se houvesse a saída do mercado de umas delas. Dessa maneira, esse estímulo causará um equilíbrio simétrico, no qual as empresas têm uma igual produção de bens diferenciados a um mesmo preço, ou seja, o comércio internacional expande a quantidade disponibilizada de produtos, dado que, cada país possui uma variedade de bens produzidos. Portanto, a troca entre os países é o resultado das economias de escala. Independentemente de os países conterem dotações relativas dos fatores de produção e até mesmo, gostos e tecnologias equivalentes, as economias de escala vão gerar incentivos que leva ao comércio internacional intrassetorial (SILVA E LOURENÇO, 2017).

Para o referido autor, em uma economia onde os países fazem trocas, há uma ampliação da divisão do trabalho, das economias de escala e do mercado de bens. Essa ampliação resulta em aumentos da força de trabalho e, conseqüentemente, do número de bens produzidos. Segundo Silva e Lourenço (2017), esse efeito é responsável por reduzir o custo médio da produção, dos preços dos produtos e aumentar o bem-estar dos países envolvidos. O ganho de comércio, portanto, é desencadeado de duas formas: por uma maior diversificação da produção de bens na economia global que elevará o bem-estar mundial, uma vez que, um país isolado não terá uma produção tão variada dos bens e através da especialização dos países em produtos que têm vantagens competitivas, provocando um aumento de salários reais.

#### 1.4 FAJNZYLBER E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA AMÉRICA LATINA

Em busca de entender a profunda e prolongada crise na qual os países latino-americanos estavam inseridos durante a década de 1980, Fernando Fajnzylber procurou formular uma proposta de reestruturação da indústria dos países da América Latina. Para isso, era de suma importância o entendimento de quais perspectivas comerciais e financeiras que o ambiente internacional poderia oferecer. Em consequência, o autor procurou analisar o padrão industrial da região em relação às experiências de países de economias mais avançadas como do sudeste asiático. Fajnzylber partiu da premissa de que não só a América Latina, mas diversos países centrais utilizaram a estratégia de substituição de importações a fim de construir seu parque industrial. A diferença, no entanto, desse processo era derivada da ausência de criatividade e de traços específicos na industrialização latino-americanos como a ausência de um “núcleo endógeno tecnológico”, o atraso coletivo do setor de bens de capital, a assimetria do desenvolvimento industrial e agrícola favorecendo a heterogeneidade estrutural, entre outros.

Fajnzylber destacou que, em relação às modificações setoriais até a década de 1980, na indústria manufatureira se identifica nos países da América Latina padrões aparentemente semelhantes ao de países centrais no que tange ao incremento de bens de consumo duráveis e de setores de elevada produtividade como o de metal-mecânica, porém com desequilíbrios que não eram apresentadas nos países de maior hegemonia. Esses desequilíbrios estavam ligados ao fato de que países avançados buscaram a satisfação das necessidades básicas da população e, conseqüentemente, induziu no desenvolvimento e na diversificação de bens de consumo. Nesses países, fatores como a escassez de recursos naturais, a substituição de produtos naturais e sintéticos, devido redução do preço do petróleo, e intensificação da competitividade internacional levaram a grande expansão da produção de máquinas e equipamentos dessas nações. Enquanto que, na América Latina, que buscava a reprodução do padrão industrial das economias hegemônicas, o que se observa era a falta de satisfação das necessidades básicas da população, apesar da grande dotação de recursos naturais e mão-de-obra.

Até mesmo o comportamento das exportações de produtos manufaturados possuía semelhança nesse período, já que era observado um ritmo de crescimento mais rápido do que os próprios países desenvolvidos. Porém, de acordo com Fajnzylber, o crescimento das exportações, se comparado a proporção marginal da indústria, era quase insignificante frente ao sudeste asiático, por exemplo.

Dessa forma, Fajnzylber buscou contestar as teses neoliberais que colocavam a potencialidade do padrão industrial regional a partir do dinamismo industrial e do crescimento

da exportação de produtos manufaturados e que carências sociais latino-americanas seriam resolvidas com o tempo, a partir de um subproduto do crescimento econômico. Pelo contrário, para o autor a falta de capacidade na resolução das necessidades sociais da população e no desenvolvimento de um padrão industrial que fosse compatível com as potencialidades internas era a maior deficiência do processo de industrialização da América Latina e que, por sua vez, era consequência direta da falta de um “núcleo endógeno de dinamização tecnológica”.

Esse núcleo consiste em uma matriz industrial e produtiva articulada e que fosse sustentada por um ambiente criativo e de aprendizado, na qual favorece e origina o desenvolvimento tecnológico difundindo-se ao aparato tecnológico e gerando sucessivas inovações. De acordo com Fajnzylber, a ausência desse núcleo foi o que impossibilitou a carência de uma capacidade de inovação tecnológica, refletindo na incapacidade de adequação do padrão industrial das economias avançadas às carências e potencialidades específicas dos países da América Latina. Por consequência, gerando uma estrutura industrial ineficiente e refletindo em altos déficits da balança comercial do setor manufatureiro e também na falta de articulação entre o setor agrícola e industrial. Ademais, a falta desse núcleo foi fator crucial para que os países latino-americanos, como é o caso do Brasil, não alcançassem melhores níveis de competitividade internacional no processo de geração de exportações.

### 1.5 REPRIMARIZAÇÃO: BREVE PERSPECTIVA

A reprimarização, processo que é constituído de um aumento das exportações dos produtos primários a um nível que ultrapassa a exportação dos produtos manufaturados de determinada economia, é um debate atual no cenário brasileiro que é colocado, principalmente, a partir do início dos anos 2000. Nesse sentido, diversos autores analisam a pauta exportadora brasileira a fim de identificar e analisar se o processo reprimarizador brasileiro vem acontecendo de fato.

De acordo com Lopes (2020), a reprimarização do Brasil se concentra em quatro interpretações principais, sendo elas (i) análises com ênfases em questões sobre a desindustrialização, o comportamento da taxa de câmbio e a doença holandesa no país; (ii) análises enfatizadas em aspectos externos, como o papel chinês e de países do Leste Asiático no cenário internacional do século XXI; (iii) a reprimarização em decorrência da relação Estado e Agronegócio e a utilização de políticas públicas em uma priorização da produção

primária em malefício de outros setores, produzindo um certo tipo de poder hegemônico; (iv) estudos que dissertam sobre um equívoco da tese de reprimarização, visto o grau de sofisticação da produção de *commodities* no Brasil.

Analisando uma perspectiva estruturalista, é identificado nos países da América Latina dificuldades em relação a suas economias ao longo da história, sendo observados elevados déficits da balança comercial, restrição externa, alta volatilidade político-econômica, (responsável por causar um constrangimento da capacidade inovativa e de investimentos), além da especialização no padrão de produtos intensivos em recursos naturais. O Brasil, ao adentrar o comércio internacional utiliza-se exatamente de uma estratégia de vendas de bens primários de baixo valor agregado e com uma eminente concentração de poucos produtos.

Essa lógica, baseado em um crescimento fundamentado essencialmente na exportação de bens primários desde a Independência brasileira até os dias atuais (apesar de um momento conjuntural entre as décadas de 1930 e 1970 voltados à industrialização e uma comercialização de mais produtos manufaturados ao exterior) leva Lopes (2020) a concluir que as estruturas históricas do Brasil são destinadas e formadas para uma busca do equilíbrio do padrão primário-exportador. Ademais, o autor argumenta que devido às divisões hierárquicas e de distribuição desigual das riquezas ao longo das cadeias produtivas e mercantis do globo leva os países a se aproveitarem das janelas de oportunidade que, no caso brasileiro, é indicado pelo potencial agroexportador da sua economia.

Em síntese, a Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith busca explicar que países ao produzirem produtos de custos menores em relação a outros países conseguem obter vantagens nas relações comerciais internacionais. Em consonância com o modelo de Smith, David Ricardo formula a Teoria das Vantagens Comparativas, na qual sinaliza que um país consegue estabelecer comércio internacional independentemente de uma produção de bens com custos menores. Com a Teoria da Demanda Recíproca, John Stuart Mill, aponta uma solução, onde a demanda seria a responsável por sentenciar o valor monetário da troca, enquanto o preço, que seria determinado pela demanda.

Raúl Prebisch, analisa as contradições dos paradigmas clássicos e como os ganhos de comércio se distribuem de forma desigual, causando diversos problemas no âmbito do desenvolvimento econômico e social da América Latina. Em relação ao Modelo de Krugman, os fatores de produção se tornam importantes para analisar os determinantes dos custos, além de economias de escalas como importantes na criação de incentivos e na geração de um comércio independentemente de os países terem características parecidas, como tecnologias e dotação de fatores. Em seguida, Fanjzylber debate sobre o desenvolvimento industrial da

América Latina sob a perspectiva do comércio internacional, adentrando na falta de um processo de industrialização dos países latino-americanos compatível com as potencialidades internas e que foi crucial para a falta de competitividade internacional no processo de geração de exportações. Por último, uma breve perspectiva sobre a reprimarização discorre da lógica que leva os países periféricos, caso do Brasil, a utilizarem de um padrão primário-exportador em decorrência das dificuldades estruturais que os mesmos possuem, além de caracterizar as principais interpretações sobre o processo de reprimarização brasileiro. Ambas as teorias são extremamente importantes para entender, historicamente, como os países vão se inserindo ao longo do tempo no cenário de comércio internacional. Ademais, teorias mais recentes, voltadas para um contexto de países em desenvolvimento, faz com que o debate em relação às economias periféricas não se esgote e ajudam a explicar os motivos pelo qual o Brasil, por exemplo, passa por processos totalmente distintos em relação às economias desenvolvidas no cenário de comércio exterior. No próximo capítulo será analisado o papel do Brasil nesse contexto e de que forma ele atua nessa conjuntura global.

## **CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO BRASIL ENTRE 2000 E 2022**

Este capítulo tem como objetivo analisar de que forma o Brasil está inserido no comércio internacional e sua relevância nesse cenário. Dessa forma, serão apresentados diferentes dados retirados de bases de dados oficiais entre os anos de 2000 e 2022. Este capítulo se divide em cinco seções. A primeira faz uma breve apresentação dos indicadores que foram utilizados no estudo, a segunda faz uma breve recapitulação da inserção brasileira no comércio internacional, a terceira faz uma análise dos dados de exportação, importação e saldo comercial no período observado, a quarta seção analisa os principais parceiros comerciais do país, enquanto a quinta seção analisa o coeficiente de exportação do Brasil, um importante índice de coeficiente de abertura comercial.

### **2.1. APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES UTILIZADOS NO ESTUDO**

Com o objetivo de caracterizar o comportamento geral da balança comercial brasileira, esta seção utilizará de um levantamento de dados a fim de identificar se há um possível processo de reprimarização das exportações brasileiras. Nesse contexto, o referencial empírico será importante para a obtenção de análises do ponto de vista interno e externo da economia brasileira perante o comércio internacional, além dos ganhos comerciais obtidos e as principais mudanças ocorridas durante o período trabalhado.

Portanto, será necessário um extenso arcabouço do ponto de vista estatístico para uma observação completa do comportamento da balança comercial do Brasil. Dessa forma, serão utilizados um conjunto de dados para obtenção de resultados, posteriormente.

No contexto do estudo, a primeira variável tangível de ser observada são as exportações. As exportações podem ser definidas como o processo responsável pela venda de bens e serviços entre os países podendo ter como fim, a venda de bens diversos ou até mesmo de doações. As importações são o processo inverso dessa dinâmica do comércio internacional, sendo caracterizada pelo ato de compra de mercadorias e demais serviços produzidos em outros países. Ambas as operações são fundamentais para a economia brasileira, tanto do aspecto das relações internacionais quanto do ponto de vista de um importante equilíbrio da balança comercial brasileira em relação a outras potências mundiais.

É importante que, dentro da pauta exportadora e a sua evolução ao longo do período proposto haja análise quanto a sua classificação, com isso também será utilizado no estudo a classificação por atividades econômicas, sendo essencial para a detecção de um possível processo reprimarizador, a partir das observações sobre a agropecuária e as indústrias extrativas e de transformação. Um diagnóstico sobre os principais parceiros comerciais do país ao longo dos anos também é extremamente valioso para o entendimento das principais transformações nas relações entre os países e os efeitos e tendências resultantes dessas interações no comércio exterior brasileiro. Portanto, segue um quadro demonstrando os indicadores utilizados.

**Quadro 1 – Indicadores utilizados no capítulo 2**

<b>Indicadores Utilizados</b>			
<b>Nome</b>	<b>Sigla</b>	<b>Definição</b>	<b>Fonte</b>
Exportações	-	Venda para outros países	ComexStat
Importação	-	Compra de outros países	ComexStat
Saldo Comercial	-	Exportações menos Importações	ComexStat
Principais Parceiros Comerciais	-	-	ComexStat
Coefficiente de Exportação	-	Importância do mercado externo para produção da indústria	CNI
Exportações Desagregadas	ISIC	Classificação Nacional de Atividades Econômicas	SECEX

Fonte: Elaboração própria

## 2.2. A INTEGRAÇÃO BRASILEIRA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: BREVE HISTÓRICO

O Brasil em sua essência é considerado, em grande parte, um país exportador predominantemente de produtos agrícolas. Em sua atuação colonial, destaca-se fortemente a exportação da borracha, do Pau-Brasil e da cana de açúcar. Na fase imperialista e também

durante a chamada “República Velha” foram extremamente relevantes o comércio internacional do algodão, da carne e, principalmente, do café. Nesse contexto agroexportador, a indústria não obtinha grande relevância em seu surgimento, porém ao longo do século XX seu desenvolvimento tornou-se importante na exportação de bens de maior intensidade tecnológica juntamente com os bens primários. Esse progresso da indústria brasileira pode ser associado, por exemplo, ao Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), entre 1964 e 1967. O PAEG teve como intuito um direcionamento da política econômica e social do Brasil através de mecanismos de combate à inflação e reformas institucionais, como a tributária e a financeira. A reforma financeira foi crucial na alavancagem da economia industrial e também na indústria doméstica. As reformas foram responsáveis pela alteração de um quadro institucional vigente na economia brasileira e provocaram ótimos resultados a partir da redução da taxa de inflação, conseqüentemente, enquadrando às necessidades industriais do país e viabilizando a retomada do crescimento econômico, gerando, posteriormente, o período conhecido como “Milagre Econômico”.

Com o passar do tempo, ocorre a alteração da pauta exportadora do Brasil devido às políticas de incentivo às exportações e a venda de produtos de maior valor agregado favorecendo a exportação dos bens manufaturados. A abertura comercial brasileira, ocorrida entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, marcou uma tentativa de aproximação brasileira dos padrões competitivos locais com os impostos internacionalmente. Nesse contexto, as empresas brasileiras necessitaram se adaptar bruscamente em eficiências produtivas maiores e em novas tecnologias, sendo sufocadas a reduzirem custos, aumentarem a produtividade e inovarem em seus produtos, posto a grande concorrência dos produtos importados e melhores qualificados tanto em qualidade quanto em preços.

Nesse contexto, segundo Markwald (2001) a abertura comercial propiciou ao Brasil um alargamento da base exportadora devido ao fim do viés anti exportador, na qual a exportação era desvantajosa por conta dos altos preços praticados no mercado interno. Todavia, nesse contexto, o investimento nacional se voltou a aquele que, historicamente, sempre foi seu produto mais competitivo: os bens de produtos primários. A abundância de fatores de terra e mão de obra no país foi fundamental para a manutenção brasileira no comércio exterior. Conseqüentemente, acompanhou-se uma redução das exportações de bens de produtos de maior intensidade tecnológica, enquanto a exportações de *commodities* aumentaram sua participação.

A implementação do Plano Real, em 1994, marca uma mudança no período. Por conta da valorização da moeda nacional, percebe-se uma aceleração do crescimento das

importações frente às exportações. Em consequência, a indústria doméstica viu-se mais uma vez totalmente desprotegida.

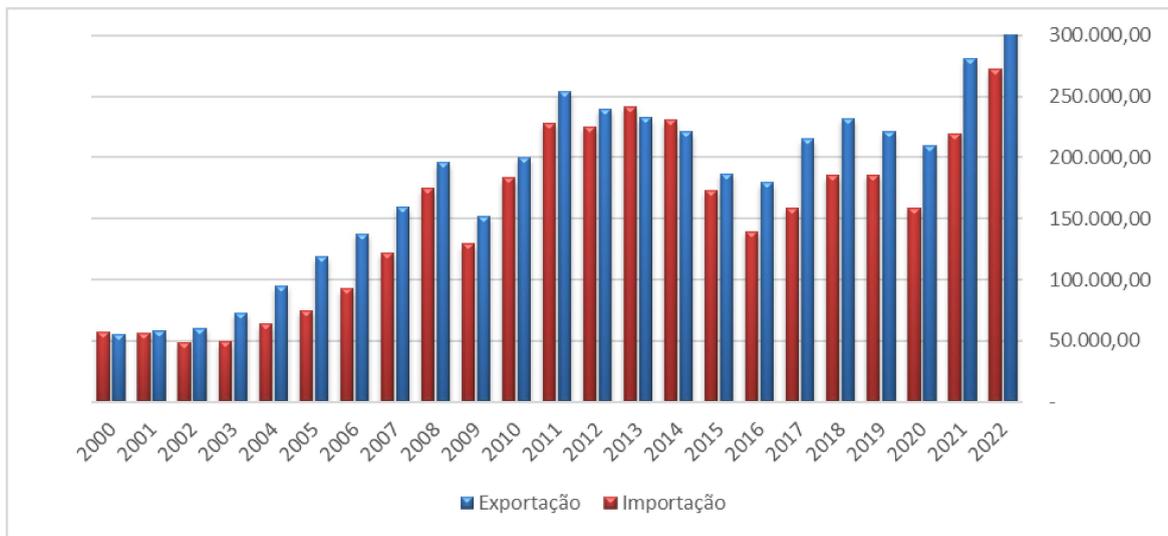
### 2.3. AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E O SALDO COMERCIAL ENTRE OS ANOS 2000-2022

Com o movimento de inserção no comércio internacional, o Brasil passou a depender de fatores externos condicionados pelo aumento da exportação de bens primários e a consequente redução da exportação de produtos manufaturados.

De acordo com Gomes e Oliveira (2018), as exportações são importantes, pois apresentam uma significativa relevância vinculada ao financiamento e relaxamento da restrição externa ao crescimento. Ela representa um duplo caráter macroeconômico, no qual de um lado há geração de divisas às importações e pagamentos externos e do outro lado sendo vetor de demanda final. As importações representam, por outro lado, uma forma de acessibilidade do país em relação a novos recursos e tecnologias que aumentem a produtividade das empresas, elevando sua competitividade frente ao mercado.

Desde os anos 2000, é possível observar um aumento recorrente nas exportações do Brasil, com uma leve queda no ano de 2009, por conta da crise financeira mundial. O crescimento absoluto nesses oito anos ultrapassa a casa dos US\$130 bilhões, ou seja, o total exportado passa a ser o triplo do início do século XXI e que, no ano de 2011 alcança a máxima histórica do período analisado. De acordo com Cleto, Lunelli e Silva (2020) esse significativo desempenho tem como fatores a elevação dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, juntamente com a vantagem comparativa histórica do país na produção de bens primários que forneceu um ambiente favorável a especialização brasileira em produtos primários gerando tamanho crescimento das exportações.

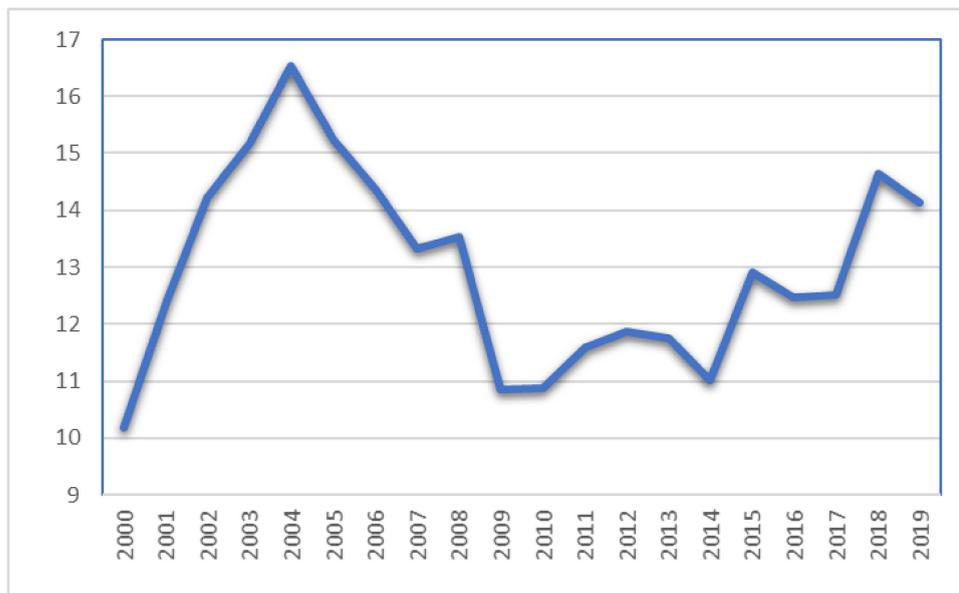
**Gráfico 1 – Valor das exportações e das importações brasileiras 2000-2022 (US\$ milhões FOB)**



Fonte: ComexStat (2023)

O gráfico 2 demonstra a importância das exportações para o PIB brasileiro. Entre os anos de 2000 e 2004 houve um crescimento da participação das exportações no PIB atingindo um pouco mais de 16%. Há uma queda com a crise mundial, mas que é acompanhada de uma retomada durante a década seguinte. Essa queda nos números das exportações do Brasil pode ser diagnosticada por causa da perda de competitividade da indústria brasileira e com a queda dos preços de produtos primários após o *boom* das *commodities* dos anos 2000.

**Gráfico 2 – Participação das exportações do Brasil no PIB brasileiro entre 2000-2019(%)**



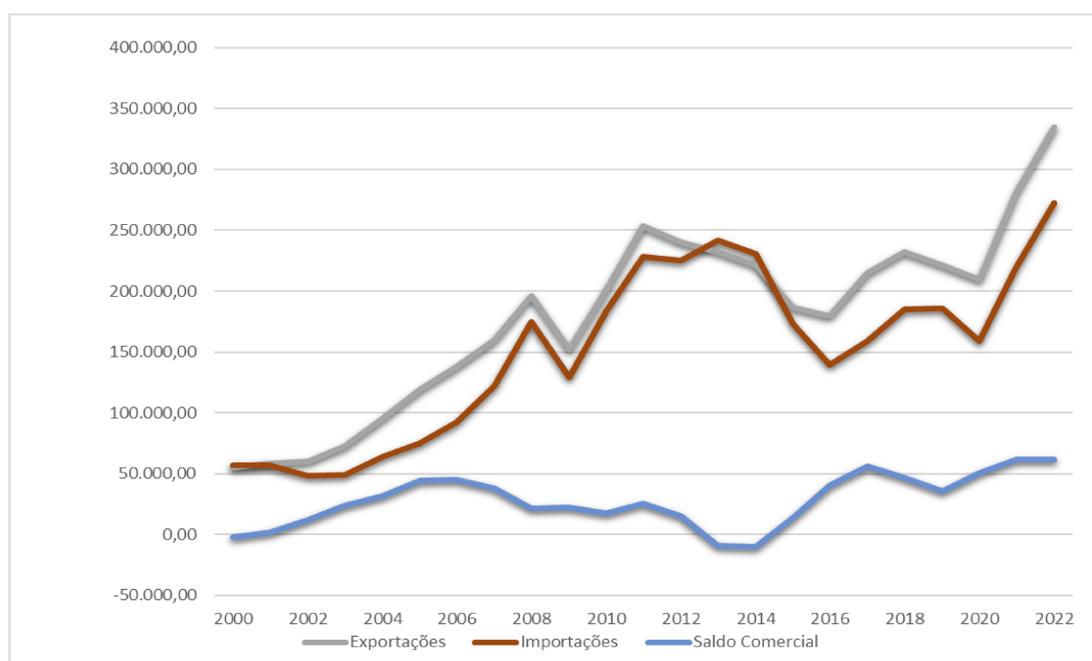
Fonte: WDI (2023)

O reflexo das exportações brasileiras no cenário nacional também reflete no desempenho internacional. Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil apresentou, decorrente do maior dinamismo relativo do país nos anos 2000, em um aumento crescente e sustentado da participação das exportações brasileiras no comércio internacional de 0,85% em 2000 para 1,40% em 2011. A evolução foi, em grande parte, sustentada por bens primários. Porém, durante os anos 2010 o comportamento se assemelha ao apresentado anteriormente, com quedas em decorrência da mudança do padrão comercial e perda de competitividade do país. (SILVA, 2012)

A balança comercial é definida pelo conjunto de todas as exportações e importações de um país. O saldo da balança é positivo quando o total exportado é maior que o total importado, havendo superávit comercial. A relação inversa, ou seja, o valor total importado maior que o total exportado, o saldo gerado é negativo provocando déficit comercial.

Segundo dados apresentados no Gráfico 3, o período do início do século até a crise financeira mundial representou uma elevação de ambas as operações brasileiras em mais de 200%. O superávit no ano de 2001, também tem como fator a mudança no regime cambial brasileiro por volta de 1999, a fim de causar um aumento nas exportações através dos valores dos produtos exportados do país e, conseqüentemente, reduzir o volume importado.

**Gráfico 3 – Balança Comercial Brasileira 2000-2022 (US\$ milhões FOB)**



Fonte: ComexStat (2023)

O grande volume exportado no ano de 2008 possui como característica o momento apresentado pelo comércio internacional, na qual apresentava uma expansão do cenário de crescimento desde o início do século, além do aumento da fração de mercados não tradicionais nas exportações brasileiras, caso da América Latina, da Ásia e da Oceania e também do aumento de mercados já consolidados como União Europeia e Estados Unidos. Porém, observa-se a primeira queda nos volumes transacionados na balança após o período de recessão no ano de 2008. Nesse momento, as exportações, que chegaram a um valor de mais de US\$190 bilhões, caíram a um valor um pouco superior aos US\$150 bilhões. Enquanto isso, os produtos importados, que em 2008, tinham um volume de cerca de US\$174 bilhões, finalizaram o ano de 2009 com US\$129 bilhões.

Apesar das quedas, o Brasil consegue manter um saldo superavitário até mesmo maior que o de 2008 (cerca de US\$21 bilhões em 2008 e US\$22 bilhões em 2009). Após esse período, novamente há um crescimento da balança comercial alcançando, inclusive, valores recordes tanto de exportações quanto de importações. O ano de 2011, por exemplo, apresenta um valor dos produtos comercializados pelo Brasil de mais de US\$253 bilhões e de US\$228 bilhões nos produtos adquiridos no mercado internacional. Aliás, número que só será menor que no ano de 2013, onde as importações batem a casa dos US\$240 bilhões causando, pela primeira vez desde 2000, um saldo deficitário da balança que perdurara no ano seguinte.

Alguns dos principais argumentos, de acordo com o próprio Mdic, para esse cenário desfavorável durante 2013 e 2014 passaram pela queda das exportações no mesmo período, principalmente, devido a recessão argentina, parceiro muito importante para o comércio exterior brasileiro, que inclusive fez com que os Estados Unidos se tornassem o principal destino de produtos manufaturados do Brasil. Ademais, há ocorrência da queda dos preços das *commodities* e o aumento das importações de petróleo e derivados em relação às exportações também foram fatores importantes e que contribuíram para o panorama da época.

Em suma, é nítido que ao analisar a variação do saldo comercial do Brasil nota-se um crescimento constante das exportações e das importações entre o período de 2000 a 2022, ou seja, as exportações possuem um ritmo de crescimento mais acelerado que as importações em basicamente todos os períodos.

#### 2.4. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS ENTRE O PERÍODO DE 2000 – 2022

As exportações brasileiras possuem, no período de estudo, três principais parceiros comerciais, sendo eles Argentina, China e Estados Unidos, além da União Europeia que merece certo destaque. Nesse sentido, é importante contextualizar que Argentina e Estados Unidos se caracterizam como parceiros históricos da economia brasileira, enquanto a China passou a fazer parte desse quadro exportador a partir da metade dos anos 2000. A Tabela 2 tem como objetivo demonstrar, através de dados, como é obtido o comércio entre os três principais parceiros comerciais do Brasil.

**Tabela 1 - Balança comercial do Brasil com a China, EUA e Argentina em milhões de US\$ no período 2000-2022**

<b>Balança Comercial com a China (em milhões de US\$) entre 2000 e 2022</b>				
<b>Período (média)</b>	<b>Importação (A)</b>	<b>Exportação (B)</b>	<b>Saldo (B-A)</b>	<b>Volume (B+A)</b>
<b>2000-2003</b>	2.483,72	2.508,47	24,74	4.992,19
<b>2004-2008</b>	9.929,57	9.592,09	-337,48	19.521,66
<b>2009-2013</b>	29.170,49	36.659,22	7.488,73	65.829,71
<b>2014-2018</b>	30.824,94	44.463,71	13.638,78	75.288,65
<b>2019-2022</b>	44.800,41	77.120,31	32.319,90	121.920,72
<b>Balança Comercial com os Estados Unidos (em milhões de US\$) entre 2000 e 2022</b>				
<b>Período (média)</b>	<b>Importação (A)</b>	<b>Exportação (B)</b>	<b>Saldo (B-A)</b>	<b>Volume (B+A)</b>
<b>2000-2003</b>	11.397,58	14.823,32	3.425,74	26.220,90
<b>2004-2008</b>	16.573,39	23.750,50	7.177,11	40.323,89
<b>2009-2013</b>	29.907,44	22.393,13	-7.514,31	52.300,58
<b>2014-2018</b>	29.190,64	25.955,77	-3.234,87	55.146,41
<b>2019-2022</b>	38.334,90	29.942,49	-8.392,41	68.277,39
<b>Balança Comercial com a Argentina (em milhões de US\$) entre 2000 e 2022</b>				
<b>Período (média)</b>	<b>Importação (A)</b>	<b>Exportação (B)</b>	<b>Saldo (B-A)</b>	<b>Volume (B+A)</b>
<b>2000-2003</b>	5.615,96	4.529,97	-1.085,98	10.145,93
<b>2004-2008</b>	8.705,51	12.215,98	3.510,47	20.921,49
<b>2009-2013</b>	15.103,54	18.317,86	3.214,33	33.421,40
<b>2014-2018</b>	10.817,27	14.603,89	3.786,62	25.421,15
<b>2019-2022</b>	10.899,22	11.375,84	476,62	22.275,05

Fonte: ComexStat (2023)

É possível observar através dos dados que a contribuição da economia chinesa na pauta exportadora do Brasil representou em torno de 2% durante o período 2000-2003. Esse número cresce gradativamente durante o século XXI, atingindo seu pico entre os 2019-2022 com uma representação de mais de 25% das exportações brasileiras. Ademais, o volume de comércio exportado entre os dois países saltou de quase US\$3 bilhões entre 2000-2003 para mais US\$77 bilhões entre 2019-2022. A relação entre os dois países é superavitária, não apenas em termos absolutos, mas também relativos, desde 2001 e acabou tornando-se bastante diferente das outras relações comerciais que o Brasil possui, sendo bem acima da média.

Em contrapartida, os parceiros históricos brasileiros sofreram com quedas da sua importância relativa. No caso estadunidense, as exportações caíram de 21% no início do século para 9,92% em 2019. Entretanto, mesmo com a perda de participação, os Estados Unidos ainda mantêm um grande volume de exportações na casa dos US\$29 bilhões entre 2019-2022.

O caso da Argentina caracteriza-se por muitas oscilações ao longo dos anos. Entre 2000 e 2003 a pauta exportadora perdeu participação em relação a economia brasileira, porém essa tendência é revertida entre os anos de 2004 e 2013, atingindo nesse período um pico com de quase US\$20 bilhões exportados. Esse número sofre queda novamente com o passar dos anos, chegando a um valor próximo aos US\$11 bilhões no período 2019-2022. É considerável ressaltar que apesar desse caráter pendular da economia argentina, o país não teve uma perda de importância relativa como parceiro comercial, pois os fluxos de comércio não obtiveram diminuição, em termos absolutos, ao longo desses anos.

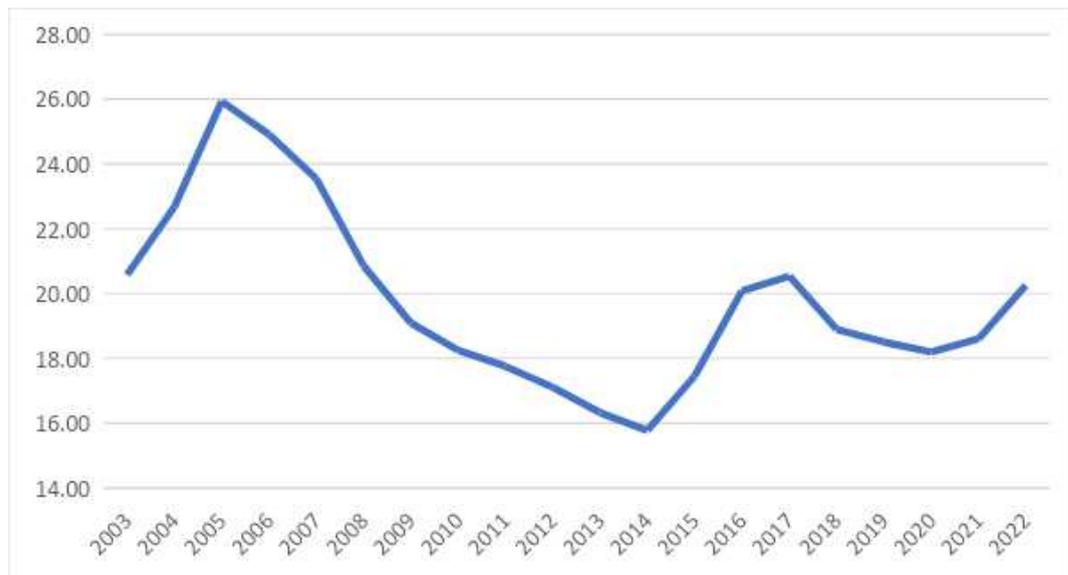
## 2.5. COEFICIENTE DE ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRO: ANÁLISE DO COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Além da importância de se entender os parceiros comerciais brasileiros no que se deve ao comércio internacional, é de suma importância identificar o grau do coeficiente de abertura das exportações brasileiras a fim de analisar o grau de interação da economia brasileira à economia mundial e, conseqüentemente, entender o quanto os setores brasileiros estão expostos a choques externos inesperados.

Essa variação do grau de integração envolve medir o quanto da produção do país que é exportado e tem uma grande importância sobre o desempenho econômico do país, já que com a participação do mesmo ao mercado internacional há uma maior possibilidade de se acessar bens de maior qualidade e com mais variedade, além de propiciar às empresas um aumento da

sua escala de produção, significando melhoria da eficiência, levando a um maior crescimento econômico.

**Gráfico 4 – Coeficiente de Exportação da Indústria de Transformação (%) entre 2003 e 2022**



Fonte: CNI (2023)

Analisando o gráfico 4, a partir dos dados da CNI (2023) nota-se que o coeficiente de exportação brasileiro possui uma alta variação ao longo do período analisado. No início do século, especificamente entre os anos de 2003 a 2005, há um aumento na importância do mercado externo para a indústria de transformação brasileira que pode ser explicada pelo aumento excepcional das exportações nesse período, refletindo a elevação dos preços das *commodities* que induziu o aumento do coeficiente de setores de mais baixa intensidade tecnológica da indústria como: couro (crescimento do coeficiente de 45,5% em 2003 para 60,1% em 2005) e madeira e seus derivados (crescimento de 45,4% em 2003 para 61% em 2005), entre outros. Porém, de acordo com Puga (2006) a elevação das vendas externas e o aumento na participação brasileira no mercado internacional nesse período não se relaciona a uma melhoria nos termos de troca, já que por conta da elevação dos preços internacionais das *commodities*, o aumento dos preços das importações acabou sendo maior que o das exportações.

Porém, a partir do ano de 2006 há uma trajetória de queda do coeficiente de exportação da indústria transformadora até o ano de 2014, quando atinge o menor índice registrado de 15,8%. Essa tendência ao longo de quase uma década pode ter como possível

explicação uma perda de “fôlego” das exportações brasileiras devido a fatores de ordem doméstica como uma estagnação da produção interna juntamente com as exportações e que, diante de um cenário de recessão da economia mundial piorou ainda mais o desempenho brasileiro da indústria transformadora do país, resultado em uma perda de competitividade e tendo, como reflexo, o deslocamento de seus recursos tanto para o setor de serviços quanto para as atividades agropecuárias e extrativistas.

Após esse período, o Brasil passa por oscilações em relação ao seu coeficiente de exportação ao longo dos anos. Após um período de declínio nos anos de 2018 a 2021, porém de relativa estabilização, percebe-se um aumento do coeficiente no ano de 2022, alcançando níveis superiores aos 20%. De acordo com os dados da CNI (2023), há um crescimento, principalmente, da exportação em relação à produção, em torno de 8,7% sendo possível de se interpretar como uma exportação da produção excedente, visto que no campo da produção houve uma retração de 0,2%, ou até mesmo uma possível estratégia de internacionalização.

Apesar da recuperação do mercado internacional após a pandemia, há um aumento na participação exportada da maioria dos setores, resultando no crescimento do coeficiente de exportação. O setor de Celulose e papel obteve crescimentos significativos, por volta de 6,5 pontos percentuais de 2022 para 2023, sendo estimulado, em grande parte, pelo mercado externo e, conseqüentemente, ocasionando na elevação da produção doméstica, apesar do aumento da demanda interna. O setor de fumo também obteve um importante aumento de 10,2 pontos percentuais entre os anos, chegando aos 61,2% do coeficiente. Em relação às maiores quedas, observa-se o setor de Equipamentos de Transporte (embarcações, aeronaves, veículos militares, etc) uma redução de 1,3 p.p devido à volatilidade do coeficiente desse setor, devido até mesmo pela sua tamanha heterogeneidade.

Portanto, fica evidente um cenário de cada vez mais participação dos produtos básicos na pauta exportadora. Todavia, há de se considerar essa evolução dos produtos primários a outros fatores, que não de fato seja a reprimarização, mas sim a valorização internacional e a alta de preços das commodities no cenário internacional. Desse modo, esse questionamento servirá como base de discussão para o próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – BALANÇO DAS EXPORTAÇÕES DESAGREGADAS E ANÁLISE DO EFEITO DE PREÇOS SOBRE AS *COMMODITIES***

O terceiro capítulo tem como objetivo analisar de uma forma mais desagregada as exportações do Brasil e, desse modo, traçar uma análise mais detalhada sobre um possível processo de reprimarização da economia brasileira. Serão apresentados dados retirados de bases de dados oficiais entre os anos de 2000 e 2022. Ademais, o capítulo se divide em quatro seções. A primeira busca desagregar as exportações em relação a Classificação Internacional de Todas as Atividades Econômicas (ISIC) traçando avaliações importantes a respeito do comportamento exportador das indústrias e da agropecuária. A segunda seção irá avaliar os principais produtos exportados pelo Brasil, seguindo essa desagregação apresentada no estudo. A terceira seção já adentra em uma análise do impacto que os preços das *commodities* têm nas exportações no período estudado. Para finalizar, a quarta seção busca entender a estrutura produtiva brasileira e o motivo da sua dependência das exportações de bens primários e definir se realmente pode ser caracterizado como um processo de reprimarização.

#### **3.1. AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DESAGREGADAS**

Ao analisar a trajetória exportadora do Brasil, é importante a observação desses elementos que compõem a pauta de uma forma mais desagregada durante os últimos anos. Dessa forma, será utilizada a desagregação pela Classificação Internacional de Todas as Atividades Econômicas (ISIC). Ela é importante e possui quatro níveis acima do nível do produto, sendo estruturada como Agropecuária, Indústria Extrativa, Indústria de Transformação e Outros Produtos. A utilização dessa classificação ocorre por conta da descontinuação da classificação por fatores agregados em 2020 pela Secretária de Comércio Exterior (SECEX), consequentemente, adequando as divulgações das estatísticas brasileiras de comércio exterior à prática internacional mais adequada.

Antes da análise dos dados, é importante ressaltar que, historicamente, as exportações brasileiras tiveram larga participação de produtos primários, cenário que não permanece nos anos entre 1950 e 1980 quando ocorre uma evolução acentuada do setor industrial brasileiro (que em 1930 já apresentava sinais do seu início com o modelo de substituição de importações) em razão de determinantes importantes como a modernização dos segmentos industriais, principalmente em bens de capital e de siderurgia, além de diversos investimentos

em indústrias de bens intermediários e infraestrutura. Dessa forma, foi acompanhada, durante a década de 1980, mudanças na estrutura produtiva brasileira, reduzindo a participação agropecuária que era de 24% em 1950 para em torno de 10% e aumentando a participação industrial de 18% para 31% nas respectivas datas (NASSIF, 2008)

Ainda segundo Nassif (2008), a indústria de transformação sofreu com quedas ao longo da década de 1990, a partir da liberalização econômica e comercial. É possível identificar essa baixa na participação atrelada ao crescimento do setor de serviços no mesmo período, no qual uma participação que era de 45% em meados da segunda metade da década de 1980, alcança cerca de 62% do total do PIB do Brasil no ano de 1993.

As exportações acabam por seguir caminhos parecidos. A partir da perda de dinamismo e competitividade frente aos concorrentes internacionais, após a liberalização da economia, percebe-se em consequência a perda de competitividade da indústria brasileira, ligada principalmente à indústria de transformação, nas exportações e um barateamento das importações com a abertura comercial. Desse modo, fica caracterizado uma regressão do comércio internacional brasileiro com o decréscimo das exportações de produtos de maior valor tecnológico para outros países, podendo estar demonstrando um possível sinal de reprimarização das exportações ao longo desses anos.

Ao apresentar um cenário mais atual, que é o caso do período estudado, a tabela 3 apresenta dados importantes sobre a pauta exportadora na ótica das atividades econômicas. Em todos os perfis de atividades há um crescimento no valor exportado, porém é identificado um crescimento proporcional da indústria de transformação em torno de 2 vezes em relação aos anos de 2000-2022, tendo como melhor resultado a comparação com o ano de 2012, na qual foi detectado um crescimento de 3,2 vezes. Enquanto isso, o setor agropecuário apresentou em relação ao mesmo período um crescimento em torno de 9 vezes e o setor extrativista por volta de 13 vezes em relação às vendas externas.

Ademais, a participação dos setores no total exportado demonstra ainda mais esse cenário. A agropecuária passa de uma fração de 8,1% do total exportado em 2000 para mais de 22% no ano de 2022, enquanto a indústria extrativa apresenta um crescimento de 6,7% no início dos anos 2000 para 22,8% no início da década de 2020. Em contrapartida, a indústria de transformação obteve uma queda brusca na comparação dos mesmos anos, saindo de uma fatia de mais de 80% de todo o total vendido ao exterior para 57% no último ano de análise.

**Tabela 2 – Exportação Brasileira Anual - Classificação Internacional de Todas as Atividades Econômicas (US\$ FOB Milhões)**

<i>Data</i>	<i>Valor</i>				<i>Part. do Setor no Total Brasil</i>			
	<i>Agro</i>	<i>Ind.Extr.</i>	<i>Ind.Transf.</i>	<i>Outros</i>	<i>Agro</i>	<i>Ind.Extr.</i>	<i>Ind.Transf.</i>	<i>Outros</i>
2000	4.448,2	3.657,3	45.658,3	1.229,4	8,1	6,7	83,0	2,2
2001	5.228,7	4.085,8	47.343,7	1.374,1	9,0	7,0	81,6	2,4
2002	5.287,7	5.162,3	48.453,7	1.243,5	8,8	8,6	80,6	2,1
2003	7.011,1	6.149,8	58.149,7	1.466,1	9,6	8,5	79,9	2,0
2004	9.317,4	8.223,4	75.861,6	1.719,3	9,8	8,6	79,8	1,8
2005	9.471,3	12.671,1	93.985,2	2.470,3	8,0	10,7	79,2	2,1
2006	10.635,8	17.245,1	106.676,3	3.024,0	7,7	12,5	77,5	2,2
2007	14.224,2	21.562,9	120.577,5	3.451,7	8,9	13,5	75,4	2,2
2008	19.269,0	33.114,8	137.997,0	5.383,8	9,8	16,9	70,5	2,8
2009	19.052,5	24.371,3	103.978,2	4.389,7	12,6	16,1	68,5	2,9
2010	21.566,4	47.795,9	126.340,4	4.731,4	10,8	23,8	63,0	2,4
2011	31.500,0	66.627,8	149.170,0	6.368,5	12,4	26,3	58,8	2,5
2012	33.512,3	54.436,0	145.553,6	6.450,8	14,0	22,7	60,7	2,7
2013	37.585,4	48.854,5	140.527,2	5.577,1	16,2	21,0	60,4	2,4
2014	37.284,6	45.581,5	132.508,4	5.548,8	16,9	20,6	60,0	2,5
2015	35.303,4	29.126,8	118.587,0	3.765,2	18,9	15,6	63,5	2,0
2016	31.179,0	26.621,5	118.777,5	2.948,1	17,4	14,8	66,2	1,6
2017	38.571,9	39.735,6	133.138,0	3.542,6	17,9	18,5	61,9	1,6
2018	45.697,3	49.598,1	133.326,5	3.267,6	19,7	21,4	57,5	1,4
2019	43.046,8	50.584,7	126.361,4	1.133,8	19,5	22,9	57,1	0,5
2020	45.154,6	49.051,8	114.072,6	901,3	21,6	23,4	54,5	0,4
2021	55.140,7	80.046,5	144.126,8	1.500,6	19,6	28,5	51,3	0,5
2022	74.787,1	76.199,4	181.401,2	1.748,3	22,4	22,8	54,3	0,5

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia (2023)

Os números apresentados demonstram um movimento da economia brasileira, na qual é visto um crescimento geral das vendas externas em todos os perfis apresentados de forma expressiva. Por outro lado, o ritmo de vendas para produtos de mais alta intensidade tecnológica expressa uma intensidade inferior com as demais atividades econômicas apresentadas. De acordo com Gonçalves (2011), trata-se de um incremento relativo derivado do crescimento mais elevado das vendas de produtos básicos em contraposição a um crescimento bem mais modesto dos produtos industrializados. Nesse sentido, não há identificação de um processo de desindustrialização brasileira, já que não há recuo das exportações industriais, porém há um perceptível aumento de relevância nas vendas dos setores primários, caracterizando um possível cenário de reprimarização.

Por outro lado, ao observar os números de importação do Brasil, observa-se um cenário contrário ao das exportações. É o que demonstra a tabela 2.

**Tabela 3 – Importação Brasileira Anual - Classificação Internacional de Todas as Atividades Econômicas (US\$ FOB Milhões)**

<i>Data</i>	<i>Valor</i>				<i>Part. do Setor no Total Brasil</i>			
	<i>Agro</i>	<i>Ind.Extr.</i>	<i>Ind.Transf.</i>	<i>Outros</i>	<i>Agro</i>	<i>Ind.Extr.</i>	<i>Ind.Transf.</i>	<i>Outros</i>
2000	2.190,2	4.297,0	49.079,9	1.409,3	3,8	7,5	86,1	2,5
2001	1.800,6	4.387,4	49.016,5	1.364,5	3,2	7,8	86,6	2,4
2002	1.769,1	4.631,1	40.567,0	1.307,5	3,7	9,6	84,0	2,7
2003	2.217,0	5.327,0	40.594,6	1.168,5	4,5	10,8	82,3	2,4
2004	1.796,9	9.094,8	51.694,9	1.226,9	2,8	14,3	81,0	1,9
2005	1.732,6	10.725,9	60.777,7	1.456,0	2,3	14,4	81,4	1,9
2006	2.325,6	13.499,4	75.062,3	1.643,8	2,5	14,6	81,1	1,8
2007	3.167,7	16.889,9	99.906,0	2.078,4	2,6	13,8	81,9	1,7
2008	4.242,7	24.090,5	144.211,3	2.162,6	2,4	13,8	82,5	1,2
2009	3.069,1	14.124,8	110.253,2	1.950,5	2,4	10,9	85,2	1,5
2010	4.269,9	17.649,1	159.431,9	1.986,1	2,3	9,6	87,0	1,1
2011	5.503,5	23.340,0	196.871,3	2.255,0	2,4	10,2	86,4	1,0
2012	4.877,6	22.818,2	194.941,0	2.529,6	2,2	10,1	86,6	1,1
2013	5.769,3	27.442,9	205.867,1	2.421,5	2,4	11,4	85,2	1,0
2014	5.024,0	26.482,2	196.969,7	2.347,2	2,2	11,5	85,3	1,0
2015	3.667,0	16.356,3	150.909,7	2.171,2	2,1	9,4	87,2	1,3
2016	4.879,1	7.998,9	124.332,7	2.110,6	3,5	5,7	89,2	1,5
2017	4.208,9	9.639,6	142.923,6	2.179,3	2,6	6,1	89,9	1,4
2018	4.181,5	12.429,6	166.313,7	2.397,1	2,3	6,7	89,7	1,3
2019	4.317,7	11.112,2	168.404,2	2.093,9	2,3	6,0	90,6	1,1
2020	4.116,9	6.482,8	146.157,8	2.029,4	2,6	4,1	92,0	1,3
2021	5.360,5	12.987,0	197.425,3	3.635,2	2,4	5,9	90,0	1,7
2022	5.696,8	22.051,4	242.537,4	2.325,1	2,1	8,1	89,0	0,9

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / Ministério da Economia (2023)

Durante os últimos 22 anos a participação relativa das importações de produtos da indústria de transformação no PIB obtiveram aumento, sendo responsáveis por importarem quase 90%, um número que, em termos absolutos, ultrapassa os 240 bilhões de dólares. Porém, as indústrias extrativas e agropecuárias apresentam estabilidades nas suas taxas importadoras com uma leve queda ao longo dos últimos anos. Esses números corroboram ainda mais com uma tendência decrescente da parcela da pauta agropecuária e extrativista nas importações totais e um possível processo “reprimarizador” da economia brasileira.

Ao longo dos anos observados é visto uma média anual no valor exportado dos produtos manufaturados brasileiros bem acima da média anual dos produtos primários. De certa forma, ainda se trata de resquícios do grande movimento durante a década de 80 para a ampliação e reestruturação, através de investimentos, da capacidade produtiva do país de

produtos de maior intensidade tecnológica do país, tendo como efeito uma retração da venda de produtos básicos para o exterior durante o mesmo ciclo.

Esse movimento de retração da Indústria de Transformação pode ser detectado através da Carta IEDI, de número 1162. É possível identificar que ao longo da última década os segmentos de alta intensidade tecnológica sofreu no ano de 2021 para 2022 uma retração de mais de 10% (tendência constante ao longo da última década), puxada muito por conta da queda da indústria farmacêutica e de uma redução da produtividade de produtos eletrônicos no país. A faixa de média-alta intensidade tecnológica também apresenta uma queda acentuada ao longo da última década de mais de 20% na sua produção. Os principais motivos podem ser relacionados ao fraco desempenho da indústria automotiva e equipamentos elétricos nos últimos anos.

A indústria de média intensidade apesar de uma melhora no desempenho no começo dos anos 2020, ainda apresenta uma retração comparada ao longo das décadas de 2000 e 2010. Essa pequena melhora é acompanhada de um crescimento na produção de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos. Em contraponto, as atividades de metalurgia apresentaram sinais de estabilidade, enquanto a produção de bens minerais não metálicos e produtos de borracha e material plástico registraram índices negativos.

O que chama mais atenção é o segmento de média-baixa intensidade tecnológica. No período observado é o que observou a menor retração entre os quatro segmentos. Entre 2021 e 2022, apesar da queda em doze meses, houve um crescimento de 1,5% no segundo trimestre de 2022. Esse resultado tem como possíveis causas um aumento da produção da fabricação de alimentos, bebidas e fumo, o maior ramo dessa faixa, e também a expansão de atividades intensivas em recursos naturais como a indústria madeireira e o ramo têxtil

Todo esse movimento dos governos em épocas anteriores a favor de uma maior participação de produtos manufaturados nas exportações brasileiras entra em conflito com o atual cenário de cada vez mais participação dos produtos básicos na pauta exportadora, até mesmo dentro da indústria transformadora. Todavia, há de se considerar essa evolução dos produtos primários a outros fatores, que não de fato seja a reprimarização, mas sim a valorização internacional e a alta de preços das *commodities* no cenário internacional.

### 3.2. AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

É importante que haja no estudo a identificação dos principais produtos exportados ao longo dessas últimas duas décadas para o entendimento ainda mais desagregado da pauta de

exportação brasileira e um maior entendimento a respeito da comercialização desses produtos ao exterior e o possível cenário de reprimarização brasileira. De acordo com dados do ComexStat (2023), a tabela 5 apresenta os produtos que têm se mantido durante os últimos anos no topo da pauta de exportação do Brasil ao longo do século, alternando entre si nas colocações em termos de valor (US\$).

**Tabela 4 – Principais produtos exportados pelo Brasil no período 2000-2022 (US\$ FOB Milhões)**

Produto	Valor 2000	Valor 2005	Valor 2010	Valor 2015	Valor 2020	Valor 2022
Soja	2.187,83	5.311,77	11.043,00	20.983,57	28.564,15	46.558,54
Óleos de petróleo	158,58	4.164,75	16.293,42	11.781,32	19.613,86	42.553,77
Minério de ferro e concentrados	1.852,91	4.434,98	21.353,88	10.339,93	24.259,11	25.734,25
Milho	0,26	102,29	2.136,82	4.937,59	5.786,08	12.074,90
Carne de gado bovino	332,39	1.783,32	3.360,03	3.918,62	6.662,76	10.916,70
Açúcar de cana	761,49	23.820,21	9.306,81	5.901,10	7.380,73	9.529,64
Café não torrado	1.558,37	2.515,42	5.178,81	5.554,78	4.973,69	8.514,09
Produtos semi-acabados de ferro ou aço	807,95	1.076,55	1.926,45	1.995,96	2.463,26	4.963,83
Veículos automóveis para transporte de pessoas	1.758,89	4.395,46	4.414,61	3.365,63	2.713,51	4.634,81
Algodão (exceto fios)	32,04	449,63	821,48	1.289,89	3.226,92	3.676,36

Fonte: ComexStat (2023)

A tabela demonstra que a participação dos bens primários está aumentando cada vez mais no que se diz respeito à pauta de exportação do Brasil, muito por conta da grande participação da China nas relações comerciais brasileiras e o aumento das exportações para o país asiático, além de diversos incentivos governamentais ao longo dos últimos anos. Ademais, fica constatado que dos 10 bens apresentados acima, seis deles são pertencentes a cadeia do agronegócio e com exceção da categoria de “Veículos automóveis para transporte de pessoas” e “Produtos semi acabados de ferro ou aço” todos os outros podem ser denominados como produtos intensivos em recursos naturais e de baixo valor tecnológico.

Entretanto, vale ressaltar que apesar da tendência de aumento cada vez maior da parcela da produção exportada das commodities, a produção também é destinada ao mercado

interno que recebe parte importante dessa produção (GREMAUD; MERLO; MESQUITA, 2021).

Ao desagregar em relação aos produtos em si, destaca-se o exponencial crescimento das exportações de soja de em torno de 21,28 vezes entre os anos de 2000 a 2022. Essa crescente do produto nas últimas décadas pode ser explicada por um aumento mundial da demanda dos produtos advindos da soja em decorrência do crescimento populacional e dos novos usos industriais e na alimentação animal. Além disso, tanto a produção quanto a produtividade brasileira vem apresentando significativo crescimento provocado também pelo aumento da demanda interna.

Em relação aos produtos de petróleo, há uma evolução no que tange ao ano de 2000 a 2010, com uma queda em relação ao ano de 2015 e novamente um crescimento das exportações nos últimos anos. Essa elevação apresentada nos últimos, alcançando um valor exportado de mais de 42 bilhões de dólares, pode estar relacionada ao também aumento da demanda externa e dos preços internacionais do produto, além da descoberta de novas fontes de recursos ao longo do território nacional durante as últimas décadas, possibilitando um acesso cada vez maior do recurso e, conseqüentemente, elevando a produção.

Outro importante produto, o minério de ferro, apesar da queda no ano de 2015, assim como os produtos de petróleo, também apresenta uma ascensão, em termos relativos menores, dos seus valores exportados chegando a mais de 25 bilhões de dólares exportados em 2022. Os motivos também estão relacionados ao aumento dos preços internacionais desse bem no mercado internacional, além da grande demanda externa por esse produto, principalmente pela China.

O milho e a carne bovina também apresentam uma elevação contundente do seu valor exportado. No caso do primeiro, o bem passa de uma exportação de 260 mil dólares para mais de 12 milhões de dólares, um crescimento de mais de 46 mil vezes ao longo de 22 anos, o maior entre os produtos em análise. No caso da carne bovina, o aumento no valor exportado para quase 11 bilhões de dólares em 2022, pode ser elucidado pelo aumento das áreas produtivas de fronteira agrícola ao redor do país, possibilitando o favorecimento destes níveis produtivos e, colocando o Brasil com uma importante relevância no mercado internacional frente a países como Uruguai e Argentina.

Um interessante destaque das *commodities* apresentadas no gráfico se dá pela evolução da exportação cafeeira. Identifica-se um crescimento no valor exportado do grão, porém com uma evolução bem mais tímida se comparada às outras culturas. Em 2022, os números apresentados demonstram um valor na casa dos 8,5 bilhões de dólares, enquanto em 2000 se

apresentava um valor exportado de 1,5 bilhão de dólares, ou seja, um volume 5,6 vezes maior ao longo de 22 anos. Algumas explicações para essa diferença do café em relação às outras *commodities* passa por uma redução da absorção doméstica da produção cafeeira a partir dos anos 2000, sendo o único caso entre os demais bens abordados que apresenta essa trajetória (redução do consumo interno e aumento das exportações). Ademais, a cultura de exportação cafeeira do Brasil já é bastante consolidada mundialmente, inclusive, em relação ao mercado comprador, na qual não se inclui a China (o país asiático não possui uma alta demanda pelo bem).

### 3.3. O IMPACTO DOS PREÇOS DAS *COMMODITIES* NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Economias que têm sua estrutura econômica caracterizada pelo destaque em setores básicos sofrem com uma especialização intensiva em produtos primários, caso ela esteja no decorrer de um contexto em que há apreciação cambial e aumento dos preços de produtos intensivos em recursos naturais. A reprimarização pode ser vista de dois contextos distintos, uma sendo como a modificação da estrutura exportadora do país, ocasionando a maior participação de produtos agrícolas frente aos manufaturados e a outra como sendo um aumento da competitividade internacional dos produtos agrícolas devido aos seus maiores ganhos, em consonância com a queda de competitividade dos produtos de maior intensidade tecnológica.

Em Gomes e Oliveira (2018) o processo de reprimarização das exportações é remetido, principalmente, à representatividade que os produtos agrícolas tiveram em relação ao valor exportado dos produtos gerados do setor extrativista como minerais e energéticos, mas também em relação aos produtos manufaturados. Além disso, a influência chinesa no aumento da demanda por *commodities* devido a sua grande vantagem comparativa na produção de manufaturas também tem relação com esse possível processo brasileiro.

Segundo Gonçalves (2011), o Brasil não possui uma redução nas exportações de bens de maior intensidade tecnológica, ao contrário, os mesmos continuam em uma crescente absoluta ao longo das duas últimas décadas, assim como todos os perfis de agregação. A diferença condiz no ritmo, produtos de maior intensidade tecnológica, sejam da indústria de transformação, de bens semimanufaturados e manufaturados demonstram um padrão de vendas ao exterior em uma cadência bem mais lento e quase que estabilizado (dependendo das conjunturas internacionais ou nacionais) do que os produtos de menor especialização.

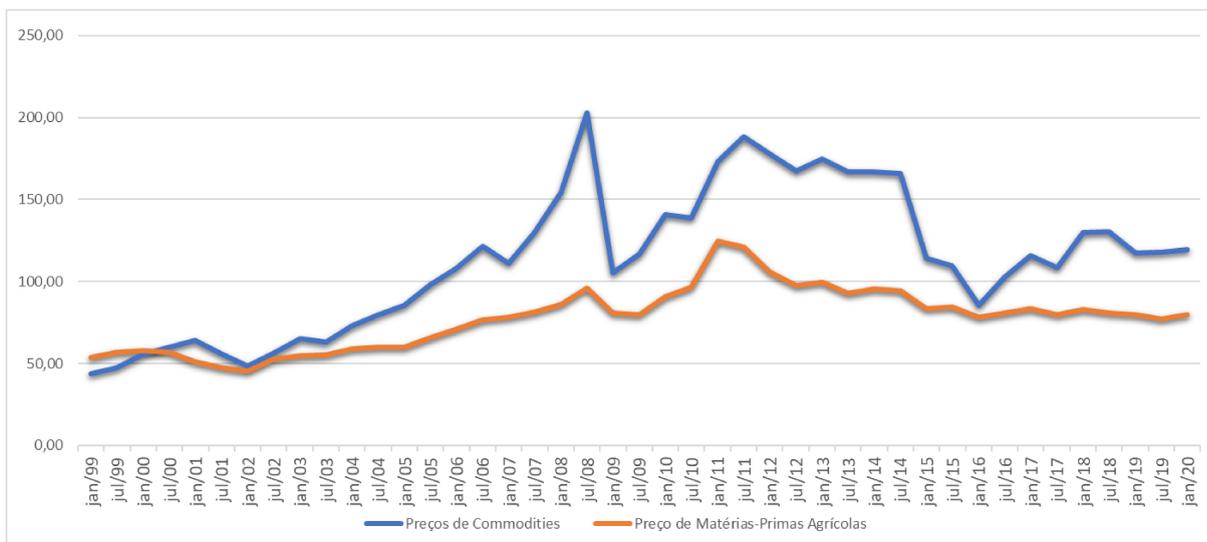
Inclusive, o processo exportador dos bens primários e seu aumento absoluto proporcionalmente maior, tem como presença cada vez mais determinante a agricultura, gerando a reprimarização das exportações brasileiras. Durante os últimos anos esse protagonismo pode ser visto na desvalorização da moeda nacional após a mudança no regime de câmbio que passou de fixo para flutuante no final da década de 90 e também no momento de valorização da moeda nacional, juntamente com a elevação dos preços internacionais das *commodities* com a demanda tanto da China quanto dos países emergentes estimulando a exportação dos produtos intensivos em recursos naturais, enquanto os bens manufaturados, em decorrência de sua maior sensibilidade à valorização do câmbio cresceu relativamente menos em níveis exportados.

Nesse contexto, com a intensa participação, ao longo dos últimos anos, de produtos primários na pauta exportadora do Brasil e na sua concentração cada vez maior nesse tipo de bem surge a importância de uma visualização sobre o preço das *commodities* e a sua análise frente a hipótese de uma possível reprimarização das exportações brasileiras. É importante ressaltar que tal hipótese relaciona-se com o comportamento dos bens básicos frente ao seu preço no mercado internacional, ou seja, na vinculação entre o movimento de alta dos preços desses bens e uma melhora no desempenho do país em seu caráter exportador tendo um efeito literal sob o valor exportado (um aumento, no caso).

A trajetória dos bens primários são bastantes influenciados, inclusive por movimentos particulares que impactam de maneira relevante na oferta e demanda sob esses bens, de modo que, haja influência nos seus preços. Ao longo dos últimos anos, a evolução dos preços internacionais tem seu início constatado a partir do começo do século XXI. Uma ascensão ao longo da década que tem seu fortalecimento baseado, em grande parte, no crescimento importante dos países em desenvolvimento na Ásia, América Latina e Oceania (com grande destaque para a China) e também de mercados consolidados como União Europeia e Estados Unidos evidenciando um modelo brasileiro de prioridade as *commodities* em sua base exportadora.

O gráfico 5 busca demonstrar, durante um período de 21 anos, a variação geral dos preços das *commodities* no cenário mundial juntamente com a variação do preço das matérias-primas agrícolas, através do Índice Internacional de Preços das *Commodities*.

**Gráfico 5 – Índice internacional de preços das *commodities* e de matérias-primas agrícolas entre 1999 e 2020 (US\$)**



Fonte: IndexMundi (2023)

O final da década de 90 e início dos anos 2000 é marcado por uma estabilização dos preços “comoditários” que começa a se elevar a partir do ano de 2002 de forma exponencial até o ano de 2008, quando ocorre a explosão da Crise Financeira e que influencia totalmente nos preços dos produtos. Esse crescimento, conhecido como *Boom das Commodities* possibilitou o impulsionamento das exportações dessa classe de produtos, possibilitando o aumento do índice de preço das exportações brasileiras e, conseqüentemente, uma melhoria no índice dos termos de trocas

Ademais, os anos seguintes voltam a apresentar aumento, porém, segundo Gomes e Oliveira (2018) o Brasil, no período entre 2012 e 2014 passa por um processo de deterioração dos termos de troca por conta do comportamento de queda das matérias-primas correlacionada a desaceleração da economia chinesa, o excesso de oferta de diversos produtos e uma queda no dinamismo das potências mundiais. Dessa forma, fica evidente a vulnerabilidade brasileira que a pauta exportadora em produtos primários pode apresentar ao país, por conta do baixo teor tecnológico no qual a pauta exportadora se especializa.

Em geral, a partir da última metade da década de 2010 o cenário analisado compreende um preço das *commodities* ainda alto em relação ao início do século, mas que sofre com muitas oscilações devido ao seu conteúdo de baixa tecnologia e muito suscetível a qualquer mudança na estrutura econômica internacional.

De todo modo, a alta dos preços de produtos intensivos em recursos naturais foi importante para uma manutenção da balança comercial equilibrada e uma possível evasão ainda maior de divisas, além de atrair investimentos estrangeiros contribuindo para uma maior geração de empregos no país. Entretanto, foi extremamente prejudicial para a exportação de

produtos de maior teor tecnológico e industrializados, principalmente, devido a internacionalização dos preços gerando altas na inflação.

#### 3.4. ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA E SUA DEPENDÊNCIA FRENTE ÀS *COMMODITIES*

Ao longo dos anos e como visto acima, o Brasil mantém a sua geração de saldos comerciais, em grande parte, muito dependente da exportação de produtos intensivos em recursos naturais. Até o momento, esse tipo de venda externa ainda é suficiente e consegue sustentar o saldo gerado pelas importações do país. Nas últimas décadas, principalmente, esse movimento apoia-se em fatores como a alta dos preços das *commodities* no cenário internacional, entre outros. Entretanto, uma ampliação desse nível a partir do desenvolvimento de exportações de bens com maior conteúdo tecnológico seria de suma importância, porém esbarra em falta de políticas industriais, dificuldades de financiamento e investimentos, estratégias empresariais que prezam pela importação de tecnologia ao invés de sua criação e, até mesmo, em uma taxa cambial desfavorável a venda de produtos manufaturados ao exterior.

Ademais, em um contexto de busca do crescimento econômico, o caso brasileiro tende a aumentar as importações de produtos com intensidade tecnológicas mais elevadas (média e alta intensidade) e, conseqüentemente, pressionar seu saldo comercial em relação não só ao aumento do volume exportado, mas também a exigência de enviar divisas ao exterior dada a crescente instauração de investimentos estrangeiros no país.

Com base no exposto, a economia brasileira, que tem sua industrialização baseada em capital externo e grande integração com os mercados internacionais, precisa de geração de saldos que consigam assegurar os ganhos de capital. Atualmente, não há no país dificuldades em relação à geração de bons resultados comerciais, porém é necessário o entendimento de que uma alta dependência de produtos primários na base exportadora passa a ser não só um processo de conjuntura, mas sim um processo estrutural.

O questionamento principal em relação à sua estrutura exportadora e produtiva é a respeito do Brasil utilizar de suas vantagens comparativas para centrar seu foco na produção de bens primários e se isso é o suficiente para a manutenção do crescimento econômico em relação aos saldos comerciais e também sobre a estrutura do balanço de pagamentos ou se a produção de bens manufaturados não teria implicações mais positivas até mesmo no

desenvolvimento do país, sem deixar de lado a produção e exportação agrícola, visto sua importância na economia brasileira.

De todo modo, ao se ter em sua estrutura produtiva e exportadora uma dependência de produtos intensivos em recursos naturais, enquanto do ponto de vista importador há uma concentração em bens de mais alta tecnologia, provoca a geração de incertezas em relação ao futuro, já que um possível crescimento do déficit comercial incorreria em dificuldades para crescimento do Brasil ao longo prazo. Portanto, a diversificação da pauta exportadora brasileira, juntamente com a redução dos encadeamentos importadores intensivos em tecnologia seriam importantes para uma maior proteção nacional relacionada às oscilações (as vezes repentina e corriqueira) da alta concentração de exportações baseada em bens primários e uma maior segurança relacionado ao desempenho internacional ao longo dos anos subsequentes.

Voltando ao contexto atual, de predominância de bens básicos frente aos manufaturados na pauta exportadora do Brasil, é importante que se entenda as causas e consequências desse processo ao longo desses anos, principalmente a partir do início do século XXI. Uma primeira hipótese, claramente apresentada ao longo do estudo, é de um grande efeito da alta dos preços internacionais das *commodities* ao longo dos últimos anos juntamente com um bom desempenho econômico dos parceiros brasileiros (relação direta entre o aumento da demanda internacional elevando o preço dos bens), ocasionando o aumento da participação dos produtos primários nas exportações e a diminuição na participação dos produtos manufaturados nas vendas ao exterior.

Além disso, o impacto da China é bastante importante não só relacionado à economia brasileira, mas para o cenário mundial. As relações comerciais entre os dois países tiveram crescimento a partir da segunda metade da década de 2010 maior que a média entre Brasil e todo o resto do mundo, tornando-se o principal destino das exportações brasileiras

De todo modo, em um possível cenário de reprimarização que está sendo analisado no estudo, os números da balança comercial brasileira demonstram condições ainda inconclusivas em relação ao assunto, apesar da constante redução da participação das exportações da indústria transformadora no PIB nacional, sendo talvez mais plausível uma especulação no sentido de perda de eficiência da indústria no cenário produtivo brasileiro. Além disso, o aumento expressivo do preço dos produtos intensivos em recursos naturais no cenário internacional é um condicionante extremamente importante na relação do aumento da exportação das *commodities*.

Entretanto, esse cenário não é um fator que impeça um processo reprimarizador. O Brasil, a fim de evitar esse movimento, que para alguns já é uma realidade, deve investir em uma diversificação da estrutura produtiva industrial, de modo que, áreas complementares possam ser desenvolvidas na indústria exportadora, atuando com maior dinamismo no mercado internacional e, conseqüentemente, fazendo com que demanda e valores cresçam exponencialmente. Também se torna importante a intensificação, através de políticas públicas, da indústria brasileira voltada à ciência e tecnologia, de modo que, seja ampliada a capacidade produtiva do país em áreas de maior valor tecnológico aumentando as exportações nacionais e o seu valor agregado e, por consequência, sendo responsável por um maior crescimento e desenvolvimento do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise na estrutura da pauta exportadora brasileira entre os anos de 2000 e 2022 à luz de diversos aspectos como o saldo comercial, os principais parceiros e a classificação dos produtos exportados. Todas as análises tiveram como contexto verificar se ao longo desse período o Brasil não estaria em um processo de reprimarização da sua pauta exportadora, devido aos seus padrões produtivos mais recentes.

Nesse sentido, observa-se ao longo do estudo que a produção e a exportação de bens intensivos em recursos naturais e de baixo valor agregado tiveram um crescimento elevado em relação a sua participação e, em contrapartida, os produtos manufaturados e de maior valor agregado obtiveram redução na sua participação do PIB. Alguns dos motivos que cerceiam esse desempenho favorável dos produtos primários na balança comercial do Brasil e identificados no trabalho foram a alta dos preços das commodities no mercado internacional e a conquista de novos mercados como a Europa Oriental e Ásia (especificamente a China). Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, o setor agropecuário passou a corresponder por mais de 19% das exportações brasileiras. Ademais, a relação Brasil-China é responsável por uma movimentação de cerca de 80 bilhões de dólares relacionado ao volume exportado.

A tendência brasileira de dependência de bens primários não é algo corriqueiro e nem recente, já que há grande necessidade de geração de superávits comerciais a fim de financiar as importações de bens intermediários e também bens de capital essenciais à produção interna. Esta dependência que busca o equilíbrio das Contas Nacionais pode, ao longo prazo, causar efeitos estruturais na economia brasileira como a desindustrialização.

Entretanto, os resultados obtidos no estudo apresentado ainda não se coloca como conclusivo para um diagnóstico certo a respeito da reprimarização das exportações brasileiras e de que houve uma completa inversão da estrutura produtiva e exportadora do país, apesar de que também não é possível especificar se a alta dos preços das commodities ou até mesmo o aproveitamento das vantagens comparativas brasileiras são os motivos da crescente exportação de produtos primários por parte do Brasil ao comércio internacional.

Além disso, as exportações de bens manufaturados apesar de uma redução em relação à participação relativa, continuam em crescimento em valores absolutos. Um fator que pode explicar esse processo é o também aumento dos preços de manufaturados no comércio internacional, contudo com valores bem menores se relacionados aos produtos primários.

Em suma, o que se apresenta é um crescimento cada vez maior da participação relativa das exportações de produtos primários brasileiros no comércio internacional. A reprimarização pode ser tratada como uma dependência estrutural por produtos intensivos em recursos naturais e de baixo valor agregado.

A partir do apresentado, o Brasil pode ser caracterizado por um alto grau de fragilidade de seu modelo exportador, portanto apesar de não ser possível afirmar que o Brasil esteja passando por um processo de reprimarização da sua pauta de exportação, a permanência das exportações do Brasil de forma especializada em bens primários juntamente com uma tendência atual e futura de queda dos preços das commodities pode ocasionar em uma continuidade de deterioração dos termos de troca brasileiro e da sua balança comercial aferindo em um possível agravamento dos riscos de um cenário de recessão interna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Hudson F.; COUTINHO, Eduardo S.; FILHO, Paulo Z. R.; LANA-PEIXOTO, Fernando de Vilhena. **De Smith a Porter: Um Ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, outubro/dezembro 2005.

BADO, Álvaro Labrada. **Das vantagens comparativas à construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional**. Revista de Economia & Relações Internacionais - FAAP, São Paulo, p. 5 - 20, 01 jul. 2004.

BARRAL, Welber Oliveira. **Comércio Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BARROS, Amir C; GONÇALVES, Reinaldo. **Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira – 1850/1979**. Pesquisa Plano Econômico, Rio de Janeiro, 12(1): 109-132, abril. 1982.

BASTOS, Estêvão K. X. **Termos de Troca, Ganhos de Comércio e Crescimento da Renda Interna Bruta Real no Brasil de 2001 a 2014**. Carta de Conjuntura / Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas. Rio de Janeiro, set. 2015.

CASSANO, Francisco Américo. **A Teoria Econômica e o Comércio Internacional**. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 13, n. 1(21), p. 112-128, 2002.

CLETO, Carlos Ilton; LUNELLI, Flavia; SILVA, Bruna L. Ribeiro. **As Exportações Brasileiras e a Dependência das *Commodities***. Programa de Apoio à Iniciação Científica. PAIC, 2019-2020.

CNI. **Metodologia: Coeficientes de Abertura Comercial**. Versão 4.0. julho. 2016

CNI. **Coeficientes de Abertura Comercial**. Número 1. Ano 11. setembro. 2023

FAJNZYLBER, Fernando. **La Industrialización trunca de América Latina**. México, DF: Editorial Nueva Imagen, 416 p. (Centro de Economía Transnacional)

GOMES, Leandro; OLIVEIRA, Pétala Rodrigues. **A Evolução da Pauta Exportadora Brasileira no Período 1999-2014**. Revista Iniciativa Econômica, Araraquara, v. 4 n. 1, janeiro-junho. 2018.

GREMAUD, Amaury P; MERLO, Edgard M; MESQUITA Romeu B. **Panorama do Comércio Exterior Brasileiro: Evolução dos Principais Parceiros e Produtos (1997-2020)**. Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies, v. 20, n. 39, p. 414-440, jan./jun. 2021.

GONÇALVES, José S. **Reprimarização ou Desindustrialização da Economia Brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010**. Análises e Indicadores do Agronegócio v. 6, n. 12, dezembro. 2011.

G1. **Balança comercial registra em 2014 primeiro déficit desde 2000**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/balanca-comercial-registra-em-2014-primeiro-deficit-desde-2000.html> - Acesso em 25 de setembro de 2023.

IEDI. **A Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica: Semestre de Retração**. Carta IEDI, nº 1162. São Paulo: IEDI, 2022.

INDEXMUNDI. **Statistics database**. Time Series on international trade. 2023

KRUGMAN, P. **Increasing returns, monopolistic competition, and international trade**. Journal of International Economics, v. 9, n. 4, 1979.

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia Internacional**. Ed. 10. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LOPES, Victor T. **A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 174-203, 2020.

MARKWALD, R. A. **O Impacto da Abertura Comercial sobre a Indústria Brasileira: balanço de uma década**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, n. 68, p. 04-25, 2001.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. Secretária de Comércio Exterior. **Resultados do Comércio Exterior Brasileiro – Dados Consolidados**. Brasília: MDIC, 2023.

MOREIRA, Uallace. **Teorias do comércio internacional**: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. *Revista de Economia Política*, vol. 32, nº 2 (127), pp. 213-228, abril/junho. 2012.

NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1 (109), p. 72-96, jan./mar. 2008.

PESSOA, Eneuton;. MARTINS, Marcilene. **Revisitando a Teoria do Ciclo do Produto**. *Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, 11(2): 307-329, maio/ago. 2007.

PREBISCH, Raul. **O Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111. 1949.

PUGA, Fernando P. **Por que Crescem as Exportações Brasileiras**. BNDES. Rio de Janeiro, jun/2006.

SILVA, Valquiria. A. **Exportações Brasileiras de Mercadorias no Mercado Mundial e o Setor Agrícola, Anos 2000**. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, v. 7, n. 11, novembro/2012.

SILVA, José A.; LOURENÇO, André Luís C. **Teorias do Comércio Internacional, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico**. *Economia-Ensaios*, Uberlândia, 32 (1): 159-188, Jul./Dez. 2017.